



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH
CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**DISCUTINDO O RACISMO NO ENSINO MÉDIO: uma análise do livro didático de
sociologia da edição do PNLD 2018**

Acadêmico: Rafael de Oliveira

Florianópolis

2023

Rafael de Oliveira

DISCUTINDO O RACISMO NO ENSINO MÉDIO: uma análise do livro didático de sociologia da edição do PNLD 2018.

Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Grau de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Rodrigo Bordignon, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

De Oliveira, Rafael

DISCUTINDO O RACISMO NO ENSINO MÉDIO : uma análise do
livro didático de sociologia da edição do PNLD 2018. /

Rafael De Oliveira ; orientador, Rodrigo Da Rosa
Bordignon , 2023.

60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Ensino de Sociologia. 3. Livros
didáticos. 4. Educação Decolonial . 5. Análise de Conteúdo
. I. Da Rosa Bordignon , Rodrigo. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III.
Título.

Rafael de Oliveira
DISCUTINDO O RACISMO NO ENSINO MÉDIO: uma análise do livro didático de
sociologia da edição do PNLD 2018

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de
Licenciado e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Local: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 10 de Março de 2023.

Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Coordenação do Curso

BANCA EXAMINADORA

Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Orientador.

Prof. (a) Treicy Giovanella da Silveira, Dr. (a)

Prof. Antonio Alberto Brunetta, Dr.

Florianópolis, 2023

Agradecimentos

É preciso ter muitos exemplos para nos fazer chegar até aqui. Eu os tive, por isso agradeço aos meus familiares por terem servido de modelos de integridade, coragem e bondade. Vocês souberam me orientar, por isso estou aqui. Sem vocês, isso seria apenas mais uma condicionalidade social. Sabemos, porém, que este evento representa muito, muito mesmo para todos nós que temos que carregar as marcas malogradas do passado na pele. Hoje ainda persiste um pouco de outrora, mas emerge, sem sombra de dúvidas, com este episódio de superação, elementos positivos de um futuro livre das amarras postas há mais de três séculos. Isso porque a educação também liberta o homem; inclusive o liberta de si mesmo, quando necessário. Assim, é preciso ser grato àqueles que nos deram os primeiros nortes; neste caso, grato aos meus familiares, por terem me guiado até aqui, enfim, pude me libertar.

Agradeço também a todos os professores e funcionários da coordenação. Aos professores, sou grato por todos os ensinamentos, por tantas discussões, por tantas vivências: vocês deram sentido a todo este processo formativo. Quanto aos servidores, jamais teria chegado até aqui sem a total paciência e compreensão que tiveram comigo ao longo de toda a minha graduação, deixo aqui registrado o meu reconhecimento.

Aos amigos de curso, também deixo aqui o meu obrigado. Sem vocês isso tudo seria desprovido de sentido, pois foi ao lado de todos vocês que pude desenvolver certos pontos de vista, entender, através do nosso farto diálogo, particularidades a respeito de certos contextos políticos, culturais e educacionais: foram muitos encontros profícuos na cafeteria, o que me rendeu excelentes reflexões. Vocês não foram meros colegas de classe, foram parte significativa de minha história.

Eu sou o resultado de todas essas vivências, e por tudo isso devo ser grato, porque tive uma educação pública, gratuita e de qualidade. Que a universidade siga de pé, firme, passando por todas as adversidades, incólume diante de desgovernos reacionários, sendo sempre uma instituição de referência para todos!

“Para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos,
tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua”

Bell Hooks, 2013.

“Quando alguém diz que a educação é afirmação da liberdade e toma as palavras a sério
— isto é, quando as toma por sua significação real — se obriga, neste mesmo momento,
a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação”

Paulo Freire, 1967

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a temática antirracista existente no livro didático *Sociologia Hoje* (2016), utilizado no triênio de 2018/2019/2020, sendo essa uma proposta contemplada na Lei 10.639/03, que busca promover a cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas de todo o país. Nesse sentido, buscou-se identificar potencialidades temáticas presentes no material examinado para o implemento de um modelo educacional voltado para uma pedagogia eminentemente antirracista. Para tanto, foi aplicada a metodologia qualitativa ancorada na revisão de literatura, empregando partes do método de análise de conteúdo para localizar trechos relevantes da obra didática, capazes de promover debates étnico-raciais pautados numa perspectiva antirracista. Panorama esse ancorado na interpretação de autores comprometidos com a corrente decolonial, com o ideário de uma educação libertadora, com a agenda antirracista, a exemplo de: Paulo Freire, Frantz Fanon, Bell Hooks, Lélia Gonzalez, Silvio Almeida e Marielle Franco. O trabalho em questão apresenta as finalidades dessa nova epistemologia que alicerça esse projeto de educação descolonizante, que vislumbra o protagonismo do negro não de forma superficial, mas sim de maneira concreta, atuante dentro de sua realidade histórica e material. Posto que, ao fim, o que temos disso tudo é um projeto educacional que luta pela preservação da vida, ou melhor de vidas negras que tendem a serem ceifadas, de todas as formas possíveis pelo sistema de opressão e dominação que, mesmo em estado moribundo, tende a condicionar o lugar do negro em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Sociologia, Livro didático, Educação Decolonial, Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

The present work has as a goal analyzing the anti-racist thematic existent in the textbook *Sociologia Hoje* (2016), used in the three-year period of 2018/2019/2020, being that a proposal included in the law 10.639/03, which seeks to promote the African and the Afro-brazilian culture in the school across the whole country. Given that context, it was aimed to identify present thematic potentialities in the examined material for the implementation of an educational model aimed for an eminently anti-racist pedagogy. For that, the qualitative methodology anchored in the literature review was applied, utilizing parts of the content analysis method in order to locate relevant excerpts in the didactic work, capable of promoting ethnic-racial debates lined in a anti-racist perspective. This overall look is anchored in the interpretation of authors committed to the decolonial thought, the ideal of a liberating education, the anti-racist agenda, such as: Paulo Freire, Frantz Fanon, Bell Hooks, Lélia Gonzalez, Sílvio Almeida and Marielle Franco. This specific work presents the finalities of this new epistemology which fundamentes this project of decolonizing education, that envisions the protagonism of the black people not in a virtual way, but in a material way, acting within their historical and material reality. Given that, at the end, what we have from all of this is a educational project which fights for the preservation of life, or rather, of black people's lives that tend to be taken, of all possible ways, by the oppression system, and domination that, even in a dying state, tends to condition the place of black people in our society.

KEYWORDS: Sociology Teaching, Textbook, Decolonial Education, Content Analysis.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1. Introdução..... | 09 |
| 2. Revisão Bibliográfica..... | 11 |
| 3 O PNLD como um instrumento dinâmico e contextualizado..... | 22 |
| 4 Metodologia..... | 27 |
| 5 Descolonizando o conhecimento..... | 29 |
| 6 Livro didático do PNLD 2018..... | 39 |
| 6.1 Sociologia Hoje..... | 39 |
| 6.2 Análise a partir das unidades de registro..... | 49 |
| Considerações Finais..... | 54 |
| Referências..... | 56 |

1 Introdução

A Sociologia tem como uma de suas missões estimular o senso crítico, o que pode justificar os constantes ataques que vem enfrentando nestes últimos anos por parte de grupos fundamentalistas. A intensa pressão dos avanços de uma agenda ultraconservadora, nos últimos anos, suscitou uma série de limitações às possibilidades de ações inovadoras na área educacional, principalmente para quem atua no campo das ciências humanas. Diante dos eventos políticos, de um cenário de ruptura institucional, ocorrido no ano de 2016, optou-se por fazer deste trabalho uma análise dos livros didáticos aprovados na primeira edição do PNLD, posterior ao episódio citado, a saber a edição do PNLD 2018, levantando, neste caso em especial, as seguintes perguntas: *como foi abordado o tema do racismo nos livros didáticos de sociologia aprovados no período de 2018? E se abordado, a maneira como foi tratado oportunizou a promoção dos princípios básicos desta disciplina? O tema ocupou espaço relevante na obra aprovada (e selecionada para este exame) no edital do PNLD 2018?* Essas são algumas das questões a serem solucionadas ao longo deste trabalho de conclusão de licenciatura.

A partir dessas últimas indagações, torna-se pertinente pensar o livro didático como importante ferramenta de propagação de conteúdos programáticos que contribuem para a formação social, educacional e política dos jovens estudantes de todo o país. A significância do livro didático está na possibilidade de se implementar políticas educacionais de caráter uniformizante, garantindo a todos os educandos o acesso a materiais elaborados por especialistas conceituados na área da educação. Isso faz com que todo o sistema tenha capilaridade, operando de maneira equânime em todas as regiões do Brasil. Em resumo, é a garantia de que todos os alunos terão acesso aos livros didáticos, dado que isso se trata, como é de conhecimento geral, de uma política de Estado. A importância do livro didático como um instrumento de propagação de conteúdos, que viabiliza parte do funcionamento de toda a prática pedagógica já foi devidamente discutida por diversos pesquisadores da educação, sendo algo que veremos mais adiante. Pois torna-se fundamental entendermos um pouco mais sobre este objeto tão significativo para os atores do cenário escolar; para em seguida refletirmos acerca da discussão antirracista presente no livro sob análise.

A relevância de se pensar a formação crítica voltada para a cidadania, considerando os conhecimentos tanto da Sociologia quanto da Filosofia, ficou assegurada

na “Lei de diretrizes e Bases da Educação - LDB (lei nº 9.394/96) que em seu artigo nº 36 estabeleceu que o aluno egresso do ensino médio deveria ter conhecimentos de sociologia e filosofia” (OLIVEIRA; CIGALES, 2019, p. 43). Nota-se que a Sociologia, disciplina alvo deste trabalho, já dispunha, ainda que simbolicamente, de um reconhecimento legal.

Os conhecimentos de Sociologia foram valorizados, em certa medida, pela LDB de 1996, embora não estivesse, até então, configurando como disciplina obrigatória, algum movimento em prol dessa disciplina estava em curso, levando em consideração o aspecto significativo dessa regulamentação aqui mencionada. O ponto que nos interessa está no momento em que a Sociologia passa a ocupar espaço no currículo escolar. Lais Merissi (2020) argumenta que essas disciplinas da área de humanas, neste caso sociologia e filosofia, são recentes, dado que ficaram de fora do currículo por tantas décadas, tendo um caráter intermitente, ora consideradas obrigatórias, ora vistas como facultativas. Todavia, esta situação se modifica em 2008, com “a aprovação da Lei 11.684 que atribuiu, a Sociologia e a Filosofia, posição permanente, tornando obrigatório o ensino dessas disciplinas em todas as séries do Ensino Médio de todo o país” (MERISSI, 2020, p.15).

A partir de 2008, estando de volta aos currículos de todas as escolas do país, as duas disciplinas citadas, em especial a Sociologia, tiveram que organizar seus conteúdos: tendo que rever e atualizar os debates dignos de serem ministrados nas escolas. Por este motivo é que a averiguação dos livros didáticos torna-se uma das possibilidades viáveis de compreensão de assuntos específicos que são trabalhados ao longo de todas as séries do Ensino Médio.

Torna-se oportuno reforçar que o escopo desta pesquisa não é analisar a evolução legislativa referente ao ensino de sociologia, no sentido de uma reconstrução histórica. O alvo é, tão somente, examinar o livro didático de uma determinada edição do PNLD no tocante a uma temática específica: *Racismo*. Por conta de tudo isso, vale citar alguns dos parâmetros que contribuem para a elaboração dos tópicos presentes nos livros didáticos.

O ponto relevante sobre o cenário educacional brasileiro é encará-lo como um palco de intensos debates acerca dos conteúdos e das práticas pedagógicas que se almeja implementar ou mesmo aprimorar. Percebe-se que todos os debates acabam resultando em encaminhamentos que por vezes são considerados no momento de edição desses materiais.

O objetivo inicial desta pesquisa é analisar a maneira como foi abordado, e se de fato foi trabalhado, o tema etno-racial nos livros didáticos de Sociologia em sua primeira

edição do PNLD no governo interino de Michel Temer (2016-2018), governo este que surge de um processo disruptivo e bastante controverso. Para esta finalidade, será necessário levar em consideração as seguintes verificações, como: rever diretrizes e orientações que condicionaram o retorno do ensino de Sociologia às escolas de todo o país; reexaminar a recente produção acadêmica acerca do ensino de sociologia, considerando o processo de legitimação dessa disciplina através da produção de livros didáticos, tendo como norte os trabalhos da pesquisadora Simone Meucci, da Universidade Federal do Paraná (UFPR); observar alguns dos aspectos centrais do debate antirracista, considerando a perspectiva da descolonização do pensamento humano; apresentar os temas de Sociologia indicados pela PNLD de 2018 e; por fim, analisar, através de uma adaptação do método de análise de conteúdo, a temática étnico-racial em um dos livros de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2018.

Sabemos que a Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da cultura e da história Africana e Afro-brasileira nas redes públicas e privadas de ensino básico de todo o país (DIAS, 2021), mas considerando apenas as disciplinas de História, Artes e Literatura. Porém, tendo em vista que um dos objetivos da Sociologia é justamente desnaturalizar e estranhar certas relações sociais, é de se esperar também que o tema proposto pela lei citada esteja presente nas aulas de sociologia e nos livros didáticos dessa disciplina.

2 Revisão bibliográfica

A observação criteriosa da área da educação tem sido uma das finalidades de pesquisadores sociais que buscam, através de suas investigações, apontar possíveis soluções para os entraves educacionais de nosso país. Porém, muito mais do que encaminhar respostas, por vezes é necessário visualizar problemas subjacentes à estrutura de ensino, que tendem a se perpetuar ao longo do tempo. É necessário encarar os principais aspectos do processo de ensino-aprendizagem, seus contornos fundamentais e enxergar o que, por vezes, passa despercebido. É justamente isso que deve, de certa maneira, fundamentar essas pesquisas: o intuito de desvendar certas características intrínsecas de um dado fenômeno.

No caso deste trabalho, o fenômeno observado é a produção dos livros didáticos de sociologia com ênfase na forma como foi apresentada, em seu interior, a temática étnico-racial. Porém, antes que esta discussão se debruce sobre esse tema, é essencial

contextualizar a relevância que o livro didático passou a ter nos últimos anos, a de ser visto como um significativo objeto de pesquisa para graduandos de licenciatura, mestrandos e doutorandos das Ciências Sociais (ENGERROFF; OLIVEIRA, 2018).

O debate sobre os livros didáticos ganhou novos contornos ao longo dos anos, tanto que o objeto passou a ser visto como um legitimador de disciplinas escolares (MEUCCI, 2000). Na visão dessa autora, é possível identificar, através dos livros didáticos, importantes aspectos da institucionalização de grandes áreas do saber, a exemplo da própria Sociologia. Em sua dissertação “*A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*” (2000), a autora promove uma reconstrução de todo o processo de consolidação dessa disciplina, observando com especial atenção os primeiros manuais e livros didáticos desta ciência que suscitou e que ainda instiga tantas querelas epistemológicas.

Simone Meucci (2000) nos apresenta, em sua pesquisa, autores que foram fundamentais neste processo inicial de legitimação das Ciências Sociais no Brasil, a exemplo de Achilles Archerio Júnior, Fernando Azevedo e Gilberto Freyre. A partir desses, a autora promove uma verdadeira arqueologia dessa ciência que se propunha estudar os fenômenos sociais. Sua revisão literária possibilitou a identificação dos processos subjacentes à inserção da Sociologia nas academias brasileiras. Isso porque naquele período essa disciplina desempenhava um papel complementar, especialmente para aqueles que estavam cursando o magistério.

Sobre os materiais incipientes, a autora argumenta que foram “as primeiras tentativas de sistematização do conhecimento sociológico” (MEUCCI, 2000, p. 04). Analisando o contexto político da *Era Vargas (1930-1945)*, a autora explica que o movimento nacionalista contribuiu bastante para o aumento da produção de livros e manuais de Sociologia genuinamente brasileiros. Isso porque a disciplina foi pensada, naquele momento, como um campo do saber que poderia viabilizar a cristalização de um projeto político: “instruir normas de ordem cívica, ou forjar uma consciência científica” (MEUCCI, 2000, p. 09).

A pesquisadora da UFPR revela que os primeiros autores dos manuais de sociologia não possuíam formação neste ramo do conhecimento, embora fossem, de fato, intelectuais de grande relevância. De acordo com a autora, essas obras foram escritas na forma de ensaios e preocupadas, em geral, com a construção de uma base societária, de uma identidade científica brasileira. Ponto curioso é que esse cenário nos remete à conjuntura do retorno da obrigatoriedade da disciplina em 2008, momento de

reestruturação em que muitos professores que ministraram aulas de Sociologia também não possuíam formação na área.

Mesmo não sendo sociólogos graduados, é notório que esses intelectuais inauguraram o conhecimento sociológico brasileiro. Meucci (2000) esclarece que esses doutos buscavam obter maior compreensão das convivências sociais, algo que ficou muito evidente neste conjunto de manuais escritos por esses autores que pensaram a Sociologia Brasileira em seus primórdios. Para isso, se valeram dos escritos do sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) sobre a universalidade dos *atos sociais* (MEUCCI, 2000, p. 23). A autora acrescenta que a partir desta sistematização do conhecimento sociológico esses autores desenvolveram um ponto de vista em que colocava a Sociologia como ciência capaz de promover a transformação social.

A análise feita por Simone Meucci (2000) mostra que muitos desses manuais de Sociologia, do início do século XX, atrelaram a noção de desenvolvimento do país à consolidação dessa ciência em nosso sistema de ensino. Muito mais do que formar eruditos, o objetivo desses manuais era impulsionar a formação nacional, alicerçada na racionalidade, na tradição positivista, embora tivesse, nesses livros, ausência de dados precisos (MEUCCI, 2000). Esse ponto foi observado pela autora ao evidenciar que muitas dessas obras analisadas careciam de métodos e de pesquisas, embora advogasse uma postura científica em seus escritos.

Na parte final de sua observação, Meucci (2000) conclui que os primeiros livros e manuais de Sociologia apresentavam uma noção idiossincrática deste campo do conhecimento, como se fosse uma disciplina capaz de transformar a sociedade, de forjar uma identidade nacional ou até mesmo de promover a assimilação cultural. Contudo, é digno de nota que a autora não encontrou nenhum material que levasse em consideração a integração do negro à sociedade que estavam forjando naquele momento. Ou seja, se pensava o progresso sem que fosse necessário integrar um grupo étnico a toda essa transformação societária. O trabalho da professora Simone Meucci (2000) nos revela que o tema racial até fazia parte dos assuntos debatidos nos primeiros livros de Sociologia, mas apenas para se pensar a assimilação dos imigrantes europeus à cultura brasileira, desconsiderando a figura dos negros neste processo.

A relevância teórica do trabalho de Simone Meucci (2000) repousa na reconstrução histórica do movimento de consolidação da Sociologia, através de sua observação criteriosa dos primeiros manuais, do contexto político e da promulgação de diversas leis voltadas para a área da educação. Como vimos, os livros e manuais desempenharam um

papel significativo no processo de institucionalização da Sociologia, conferindo um aspecto cientificista à disciplina. Cumpre salientar que essa pesquisa, em especial, captou os grandes temas que foram trabalhados nesses primeiros manuais didáticos dessa disciplina, encarada, num primeiro momento, como capaz de transformar a identidade nacional. Seu trabalho também possibilitou que viesse à tona o desejo de mobilizar a Sociologia como ciência complementar ou como disciplina cívica em prol do governo varguista. Isso tudo ilustra o conjunto de expectativas que se criou ao entorno desta ciência inovadora que chegou ao Brasil sob os ditames positivistas tão em voga naquele momento.

A análise dos primeiros manuais de Sociologia promovida pela doutora Simone Meucci (2000) certamente suscitou o interesse de muitos outros pesquisadores por este subcampo das Ciências Sociais, que se dedica à pesquisa educacional com um olhar mais atento para a produção e seleção dos livros didáticos. Nesta seara, outros nomes se destacaram por sua colaboração teórico-metodológica, a exemplo de Ana Martina B. Engerhoff & Amurabi Pereira de Oliveira (2018), Laís Merissi (2019), Cristiano das Neves Bodart (2021), Julia Polessa Maçaira (2020) e Daniel Mocelin (2021). Esses são apenas alguns nomes expressivos que contribuíram para este debate no qual o livro didático ocupa um papel central para a compreensão do currículo escolar e dos eventuais desafios a serem enfrentados e superados pelos profissionais da Educação.

Segundo Laís Merissi (2019), um dos desafios enfrentados pela Sociologia foi sua posição intermitente no currículo, situação que impactou sobremaneira a quantidade de livros didáticos publicados ao longo dos anos. Essa observação encontra sustentação nas revisões realizadas pela doutora Julia Polessa Maçaira (2020), professora adjunta da UFRJ, que defendeu a ideia de que houve três momentos de intensa produção de livros didáticos de Sociologia no Brasil e que esses materiais ganharam mais qualidade ao longo de toda a série histórica verificada em seu estudo.

Na visão de Maçaira (2020), tivemos três gerações de livros didáticos de Sociologia, 1920-1940, 1980-2000 e posterior ao ano de 2008, e que os respectivos contextos dessas produções condicionaram o seu padrão gráfico, pedagógico e temático.

Júlia Maçaira (2020) também enfatiza que “os livros são obras planejadas e executadas por pessoas de diferentes origens e atuações, mas visando atender e se comunicar com um público específico” (MAÇAIRA, 2020, p. 02). Reconhece a participação de diferentes atores envolvidos na confecção desses instrumentos e leva em

consideração os aspectos geracionais e contextuais para o desfecho final de toda essa elaboração.

De acordo com o trabalho de Júlia Maçaira (2020), foi possível evidenciar as principais particularidades dos livros produzidos nesses três períodos que foram destacados: no primeiro momento temos a tentativa de sistematização e rotinização dos manuais de Sociologia; já no segundo, há todo um exercício de reflexão acerca da intermitência da disciplina, com ênfase para a ausência da transposição dos saberes acadêmicos para saberes escolares; por fim, a terceira geração é descrita como a era dos livros didatizados, com temas devidamente estabelecidos nas Ciências Sociais e com discussões propícias ao desenvolvimento do senso crítico.

Com exceção do trabalho de Simone Meucci (2000), que tratou do livro didático ao longo das duas primeiras gerações, os demais artigos abordam esta temática a partir de um contexto mais cômodo, posterior ao ano de 2008, momento o qual a Sociologia já configura como disciplina obrigatória. Por este motivo é que parte expressiva dos trabalhos citados nesta revisão estão ancorados no que Maçaira (2020) classificou como sendo a *terceira geração*.

Esta *terceira geração* de produção de livros didáticos de Sociologia é marcada pelo fim da intermitência dessa disciplina, por sua presença no PNLD e pelo aprimoramento de sua abordagem teórica. Diante deste contexto de transformações no âmbito educacional, os pesquisadores Ana Martina Engerhoff e Amurabi Pereira de Oliveira (2018) trataram de verificar os sentidos da Sociologia nos livros escolares. Buscando um exame conciso desses objetos, os autores levaram em consideração os temas recorrentes nos livros direcionados a alunos do Ensino Médio, com ênfase para: senso comum, imaginação sociológica, desnaturalização, estranhamento e outros. Ao longo de toda pesquisa os autores delinearão as singularidades das seis obras aprovadas no PNLD de 2015. Um recorte relevante deste trabalho foi a atenção que deram à formação acadêmica dos autores desses livros, pois se depararam com uma possível herança da condição flutuante da Sociologia nos currículos, uma realidade onde os espaços foram preenchidos por acadêmicos de outras áreas: 1/3 dos livros examinados foram elaborados por professores de outros ramos do conhecimento, a exemplo de historiadores. Nesta comparação literária, os pesquisadores também perceberam a importância atribuída à pesquisa, à cidadania, a influência da abordagem histórica dos conteúdos presentes nestas publicações, reflexões a partir do pensamento sociológico e a centralidade dos temas mais sensíveis como a questão racial. O exame dos livros didáticos promovido por

Engerhoff e Oliveira (2018) nos permite ter uma ampla percepção acerca de todo o seu processo de produção, seleção e aprovação, evidenciando o dinamismo do PNLD, sua vinculação com as mudanças sociais e a participação de diversos agentes envolvidos neste processo.

Todos as proposições acerca dos livros reconhecem, em algum grau, que eles funcionam como um fator legitimador (MERISSI, 2019), capazes de validar toda uma área do conhecimento frente à comunidade, de elencar conceitos, temas e teorias, de apresentar uma sistematização coesa desses saberes (MEUCCI, 2000), ou simplesmente vistos como um modo inequívoco de se implementar o currículo (MOCELIN, 2021). Ponderações acerca disso tudo tornam-se relevantes para o entendimento do processo de inculcação, em especial, da maneira como esses instrumentos são apropriados pelos professores, pelos agentes que têm, em certa medida, o poder de validação dentro da sala de aula, porém, sem tomar essa observação como defesa do modelo professoral autoritário, mas sim pensado o docente como figura mediadora. Diante disso, torna-se oportuno apresentar uma pesquisa que enfatiza a maneira como esses livros didáticos costumam ser utilizados pelos professores, desde o planejamento até a execução de suas aulas.

Sobre essa relação do professor com o livro didático, o pesquisador Daniel Mocelin (2021) observou que esse objeto é visto como uma ferramenta que legitima o ensino. Em sua pesquisa *“O livro didático pelos professores: uso e aplicação nas aulas de Sociologia em Porto Alegre”* (2021), o sociólogo da UFRGS, Daniel Mocelin, apresentou suas hipóteses sobre a apropriação dos livros didáticos pelos docentes em suas aulas. Segundo ele, uma das hipóteses seria a de que professores sem formação na área da Sociologia recorreriam mais aos livros didáticos dessa disciplina em comparação com os docentes licenciados na cadeira em questão. A suposição inicial era a de que o baixo grau de familiaridade desses docentes, sem formação no campo das ciências sociais, com certos temas e conceitos específicos, submeteria o uso dos livros em suas aulas: o objeto poderia nortear toda a dinâmica de suas preleções.

Para delinear suas observações acerca do alvo de sua investigação, Mocelin (2021) elencou três tipos de currículos aplicados em sala por esses educadores: o pragmático, que promove conexão ampla; o enciclopédico, operacionalizando mais embasamento teórico e; o espontaneísta, com ênfase na promoção dos debates em aula. De acordo com os resultados encontrados, a prática mais corriqueira está alinhada a uma visão pragmática, que utiliza bastante os livros, do planejamento à execução dessas preleções.

Daniel Mocellin (2021) explica que, entres os docentes que disseram usar os livros didáticos, o objeto é visto como um tradutor de conhecimento científico em saber escolar: que há toda uma transposição didática nesse instrumento. E acrescenta que essas apostilas didáticas podem promover a imersão desses professores, sem formação na área, às temáticas específicas da Sociologia.

Sobre a hipótese inicial, o pesquisador se deparou com o seguinte resultado: 75% dos professores do quadro geral utilizam os livros didáticos; sendo que na amostra dos professores sem formação em Ciências Sociais, um cômputo de 26 no total, o número de docentes que fazem uso de livros didáticos é de 58% desse montante observado. Contudo, Mocellin (2021) esclarece que não se trata apenas de uma análise percentual, mas de se levar em consideração certas particularidades do contexto escolar que ajudam a explicar a inutilização do livro por parte desses educadores, a exemplo do curto tempo de aula destinado à Sociologia, da desconexão da linguagem dos livros com a realidade dos discentes e, por fim, da primazia dada aos materiais produzidos pelos próprios educadores para nortear suas aulas. Mas, é digno de nota que mesmo aqueles que alegaram não fazer uso dos livros didáticos também confirmaram que utilizam esse material na elaboração de suas atividades.

Com base nessas exposições, o sociólogo Daniel Mocelin conclui que “nem todos os professores licenciados em Ciências Sociais adotam um currículo pragmático, assim como nem todos os professores sem formação específica adotam o currículo espontaneísta” (MOCELIN, 2021, p. 104). Segundo ele, é preciso fugir dessas interpretações superficiais através de um exame acurado dos diferentes contextos em que essas situações tendem a se apresentar. Pois considerando este quadro em questão, mesmo para os casos em que o livro não figura como instrumento central em aula, ele norteou todas as atividades elaboradas pelos professores, suscitando outras estratégias de ensino.

A pesquisa conduzida pelo professor Daniel Mocelin (2021) enfatizou a centralidade dos livros didáticos e o modo como os docentes podem se apropriar deles a partir de diferentes condutas. Seu trabalho também evidenciou o papel que o livro passou a ocupar nos meios acadêmicos: o de objeto de pesquisa capaz de revelar aspectos subjacentes à construção dos temas que são priorizados ou não nos currículos. Sobre isso, assistimos mudanças parciais e totais na educação brasileira ao longo dos últimos anos, a exemplo do retorno da Sociologia ao currículo escolar em 2008, ou mesmo da

aprovação da Reforma do Ensino Médio em 2017; conjunturas que justificam o elevado número de pesquisas direcionadas à área da educação.

Em face dessas reformulações no âmbito educacional, artigos são publicados com frequência em periódicos de grande circulação no meio acadêmico, muitos desses com a finalidade de apresentar um panorama geral a respeito de temas relevantes para se pensar a educação em nosso país. Sobre esses trabalhos, o autor Cristiano das Neves Bodart (2021) chama a atenção para a forma como muitos são estruturados, quase sempre com uma seção dedicada a apresentação de uma revisão literária, caracterizando o que se costuma nomear de *estado da arte*, uma exposição sistematizada de contribuições e avanços a respeito de um determinado tema de pesquisa. Essa orientação feita pelo autor é dirigida, por exemplo, a todos os que visam promover uma análise dos livros didáticos, assim como ele fez em seu trabalho “*Um retrato das pesquisas sobre livros didáticos de Sociologia no Brasil*” (2021), onde discorre sobre métodos de pesquisa de materiais didáticos.

Neste trabalho, Cristiano Bodart (2021) destaca que grande parte das análises dos livros didáticos são realizadas por pesquisadores das instituições federais das regiões sul e sudeste do país, mas também menciona que há, por parte de algumas revistas, certo desinteresse por pesquisas sobre livros didáticos. O autor sinaliza que grande parte dessas investigações surgiram de teses e dissertações posteriores ao ano de 2014, focando, de maneira geral, nos aspectos internos dessas obras: conteúdos, discurso, estrutura, didática e elementos pré-textuais (BODART, 2021, p. 303). Isso significa que o ponto de interesse dessas pesquisas repousa no tipo de ensino que é oferecido aos discentes das escolas do país; neste caso em especial do tipo de temas, conceitos e teorias que são priorizados no ensino de Sociologia.

O artigo do professor Cristiano Bodart (2021) expõe o quadro de pesquisas sobre livros didáticos de Sociologia no Brasil e os ângulos que devem ser prestigiados nessas investigações. Muito mais do que promover o *estado da arte*, seu artigo acaba por delinear alguns dos possíveis percursos metodológicos neste tipo de estudo. O pesquisador encerra seu escrito destacando que a temática sobre *gênero* foi alvo recorrente de muitos desses trabalhos que promoveram a análise dos livros didáticos de Sociologia. Isso demonstra que a academia brasileira está conectada aos temas sensíveis de nossa sociedade e que busca elencá-los em suas investigações a respeito da maneira que são referidos e discutidos nos livros didáticos da rede básica de ensino.

No que se refere a abordagem de temas que são delicados em nossa sociedade, o racismo certamente aparece na lista desses assuntos tão difíceis de serem discutidos no ambiente escolar. Por este motivo é que o livro didático surge como ferramenta necessária para legitimar este tipo de discussão tão pertinente em nossa coletividade. Todo este certame contribui para possíveis transformações sociais capazes de desnaturalizar aquilo que sequer deveria ser visto como natural, a exemplo do racismo, ou mesmo de outras tantas formas de arbitrariedades. O ponto central desta breve explanação está ancorado na capilaridade que o livro didático pode ter, se bem trabalhado em sala de aula, para desconstruir o ponto de vista negativo do senso comum e de oportunizar um olhar sociológico entre os educandos acerca de certas temáticas.

A respeito da possibilidade de suscitar, entre os alunos, um ponto de vista crítico sobre temas sensíveis do nosso dia a dia, permitindo, neste caso, que os educandos tomem conhecimento de parte da história daqueles que configuram como coadjuvantes sociais, a monografia de Thiago da Conceição Dias (2021), intitulada “*Educação das Relações étnico-raciais: reflexões acerca da construção discursiva e imagética da cultura africana e afro-brasileira no livro didático de Sociologia*”, torna-se relevante para esta discussão sobre o papel que os livros didáticos têm na promoção de uma educação efetivamente antirracista. Essa obra acadêmica é tida, aqui, como significativa por apresentar similitudes com os intentos analíticos deste trabalho de conclusão de licenciatura.

Em sua obra, Thiago Dias (2021) inicia sua argumentação afirmando que a escola cumpre papel basilar na formação social, e que por este motivo é que pode atuar de maneira significativa na difusão da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, contribuindo para formar um amplo entendimento acerca do papel do negro na construção do Estado Brasileiro. Para isso se concretizar, segundo o autor, é preciso empregar uma ferramenta bastante conhecida e utilizada por professores e alunos: *o livro didático*.

A pesquisa de Thiago Dias (2021) tem um caráter qualitativo, mobiliza ampla literatura e promove um acurado estudo de caso ao observar as dificuldades de conciliar teoria presente em livros e diretrizes à prática do cotidiano escolar. Seu estudo presenciou as dinâmicas do dia a dia de uma escola do interior do Maranhão no intuito de se promover uma pedagogia centrada no resgate da historicidade dos povos de origens Africanas. Tudo isso a partir de um questionamento significativo para o desenvolvimento de toda a sua investigação: *o que torna difícil a abordagem da Cultura Africana e Afro-brasileira nos livros didáticos de Sociologia?* Essa questão deu origem a outras

perguntas que ajudaram a delinear os contornos de sua monografia sobre a proeminência de uma pedagogia antirracista; que neste caso em especial pode ser legitimada pelos livros didáticos.

Dentre os discursos hegemônicos que devem ser combatidos a todo o tempo está aquele em que visa colocar os europeus como superiores, civilizados, únicos promotores do desenvolvimento global, desconsiderando singularidades históricas e estruturais que sustentam parte dessas narrativas (DIAS, 2021). De acordo com o autor, é preciso encarar as relações de dominação e exploração que subjazem à atual conjuntura étnico-racial de nossa sociedade. Segundo Dias (2021), é necessário contextualizar a cultura Africana e Afro-brasileira nos livros didáticos, ponderando outras clivagens para além dos aspectos religiosos, como costumeiramente se apresentam nesses materiais. Pois abordar ângulos culturais, neste caso, é muito mais do que se apostar no sincretismo, é expor a cultura como símbolo de resistência: da música, linguagem e religião (DIAS, 2021, p. 20).

A crítica do autor repousa na maneira como costumam apresentar a malograda história da escravidão no Brasil, como se os negros escravizados daquela época fossem todos passivos e submissos frente ao vigente sistema de opressão e dominação, como se aquela realidade fosse natural e aceitável por parte dos negros violentados e subordinados pela elite daquele período. Nas palavras do pesquisador, é urgente tratar essa dinâmica considerando os movimentos de resistência dos povos negros que existiram a todo o tempo ao longo de todo o íterim colonial e imperial do nosso país.

Dias (2021) acrescenta que negar o racismo é contribuir para a perpetuação das desigualdades estruturais no Brasil. Sua observação bourdieusiana a respeito dessa conjuntura social encara tudo isso como expressão máxima daquilo que se costuma classificar por violência simbólica, de um recurso refinado de se operacionalizar o racismo em diferentes ambientes sociais. Cita que o silêncio da mídia, a invisibilidade dessa cultura nos livros e a falta de espaço para a construção e propagação de novas narrativas dificultam sobremaneira a ressignificação da Cultura dos Povos de origens Africanas em nosso país.

De acordo com Thiago Dias (2021), a lei que promove o ensino da cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas foi uma vitória do movimento negro, vista como um dos caminhos para se combater o racismo, visualizando “a escola como espaço viável a formar novos valores e hábitos” (DIAS, 2021, p. 27). Argumenta que é preciso construir

identidades positivas, reconhecendo o valor e a pluralidade da cultura negra. Contudo, o autor reconhece que o tema aparece de maneira superficial nas escolas (DIAS, 2021).

Ao analisar o livro didático "*Sociologia em Movimento*" (2018), 2º edição publicado pela Editora Moderna, o autor descreve a obra como completa, tendo todos os elementos necessários para se promover um debate frutífero entre os alunos. A temática é discutida na segunda unidade do livro, especificamente no capítulo "*Raça, Etnia e Multiculturalismo*", empregando uma linguagem acessível capaz de suscitar o senso crítico num primeiro momento. Porém, segundo o autor, ao se deparar com os demais capítulos do livro, constatou que o papel do negro foi marginalizado no que se refere à formação do Estado Brasileiro.

Sobre os textos complementares presentes no livro em questão, Thiago Dias (2021) confirma que há, sim, um aspecto antirracista na obra analisada. Saliencia também que os conteúdos estão alinhados às orientações presentes no PNLD de 2018. Contudo, o autor argumenta que é preciso superar a visão eurocêntrica existente nos livros didáticos de Sociologia. Dias (2021) confirma que avanços aconteceram, que as editoras se esforçaram para entregar publicações mais propositivas e contundentes com o objetivo de incentivar o ensino da cultura negra nas escolas, algo assegurado em lei, mas enfatiza que o livro não deve ser a única ferramenta mobilizada para essa finalidade.

Este subcampo de pesquisa das Ciências Sociais oportuniza não somente uma análise dos tópicos existentes nos livros didáticos, mas também permite que outras situações possam ser observadas e problematizadas, a exemplo da seletividade didática, aspecto este relacionado ao modo como um tema pode ser ministrado em aula. Pois como bem destacou Dias (2021), não basta que um assunto esteja presente no livro didático se não tiver outros elementos existentes na aula que permitam a conexão do assunto com a realidade dos educandos. Tudo isso também se relaciona com o tipo de pedagogia selecionada pelo docente, seja ela pragmática, espontaneísta ou mesmo enciclopedista (MOCELIN, 2021). Destarte, Dias (2021), reconhece o papel desempenhado pelos livros didáticos, mas considera também a relevância de se integrar teorias e ações pedagógicas capazes de conectar os alunos às temáticas prestigiadas nos currículos.

Todo este levantamento bibliográfico, por si mesmo, ampara a justificativa da presente monografia por demonstrar a pertinência dos livros didáticos como tema de pesquisa. Avaliando toda essa contextualização em que se evidencia o crescimento de pesquisas direcionadas à análise dos livros didáticos, nota-se que a partir deste conjunto

de observações é possível visualizar a implementação do currículo; o resultado dos conselhos consultivos da educação; a concretização de políticas públicas; o poder de interferências de certas agendas econômicas no tocante à viabilização de recursos, avaliando se houve ou não corte de verbas e; analisar contextos sociopolíticos a partir de eventuais influências ideológicas do governo sob a agenda educacional (a exemplo do varguismo presente em livros da década de 30). Como já sinalizado, o exame dos manuais didáticos pode ser feito com base nos conteúdos apresentados em seu interior, ou mesmo com base na contextualização em que se deu a sua elaboração, produção e distribuição.

A partir desta breve revisão é possível formar um ponto de vista coerente a respeito das maneiras de se conduzir a análise do material didático disponível na rede pública de ensino. Tudo isso nos permite contemplar todo um conjunto de possibilidades viáveis de ações pedagógicas que podem encontrar respaldo a partir do uso contínuo dos livros didáticos. Uso esse que não limita, de modo algum, a autonomia do docente em sala de aula. Pois o próprio guia do Programa Nacional do Livro Didático ressalta a liberdade catedrática como um valor imprescindível para o desenvolvimento do educando e do sistema educacional como um todo.

3. O PNLD como um instrumento dinâmico e contextualizado.

Ponderando os trabalhos elencados na seção de revisão bibliográfica e os caminhos trilhados pelos pesquisadores citados, percebe-se a relevância de se promover um aprofundado exame das características intrínsecas do *PNLD* e das *Leis* que asseguram o ensino dos temas que possibilitam a construção de uma sociedade antirracista. De começo, é seguro afirmar que há uma correlação dos princípios norteadores do Guia PNLD de 2018 com aquilo que rege a legislação específica para o desenvolvimento de nossa discussão.

Consultando o guia do PNLD de 2018, nota-se que existe uma preocupação em seguir os princípios didáticos e pedagógicos previstos em Leis e corroborados por uma equipe de especialistas do campo educacional. Isso porque o processo de seleção dos livros passa por uma comissão de professores que avaliam se os materiais viabilizam o pleno exercício da cidadania e o preparo dos educandos para o mercado de trabalho.

O guia do programa do livro contém todos os aspectos do processo de avaliação, sinalizando que isso tudo deve percorrer, sempre, os caminhos democráticos no ambiente

escolar, com a participação de todo o corpo docente. Isso significa dizer que os docentes de diferentes disciplinas têm a possibilidade de analisar essas opções de livros elaborados para a sua área de conhecimento, podendo, junto dos seus pares, selecionar as obras que serão utilizadas na unidade escolar.

Neste documento, elaborado por diversos doutores e gestores do âmbito educacional, estão presentes algumas das missões básicas da educação que estão associadas com o tema da presente pesquisa, a exemplo de: buscar promover a imagem positiva da cultura Africana e Afro-brasileira, viabilizando a construção de uma sociedade antirracista (BRASIL, 2018). Ou seja, o problema de pesquisa abordado no início deste trabalho é tema significativo e devidamente considerado pelo guia do PNLD de 2018, que considera as potencialidades dos livros para tratar dos temas assegurados pela Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas de todo o país.

Vale ressaltar que todo o percurso de avaliação e seleção do material didático prioriza critérios específicos de cada componente curricular, a exemplo do que se tem sobre o ensino de Sociologia, que assegura a presença das três áreas do conhecimento que compõem as Ciências Sociais: **Antropologia, Sociologia e Ciência Política** (BRASIL, 2018). O trabalho conjunto dessas disciplinas é considerado válido para o desenvolvimento do educando, uma vez que o ensino de Sociologia oportuniza a contextualização, via debate, de temas, conceitos e teorias à realidade dos alunos.

Diante de tantas análises do PNLD, o trabalho de Jacqueline Souza (2020), intitulado "*Contribuições do PNLD ao ensino de Sociologia: análise dos guias didáticos*", se destaca pela maneira objetiva e clara de examinar o programa em questão. A pesquisadora não proporciona apenas uma simples reconstrução histórica do programa, mas elabora um registro coeso e sistematizado do Guia do PNLD com ênfase para o ensino de Sociologia. Desta maneira, ela inicia sua pesquisa apontando um dado histórico e significativo do ponto de vista institucional e político: a criação do PNLD em 1985, que substituiu programas criados durante o regime militar. Souza (2020) corrobora a visão comum entre os estudiosos da área educacional, que alegam que esse programa é uma política de Estado, criado a partir do Decreto de nº 91.542/85, que regulamentou a elaboração, padronização e distribuição de livros didáticos para alunos do Ensino Fundamental. Porém, no início dos anos 90 o programa foi tomando outras proporções, se aprimorando e atendendo a um número maior de estudantes. A partir desse episódio,

temos a ressignificação do livro didático, agora visto como ferramenta que “colabora para o processo de ensino aprendizagem” (SOUZA, 2020, p. 36).

Segundo Souza (2020), o livro passou a ter diversas funções, a exemplo de certas incumbências como: referencial, que sustenta os conteúdos; instrumental, que facilita toda a sistematização desses tópicos; ideológica, como mediadora de culturas e com a atribuição de divulgar múltiplas linguagens entre os jovens. O que significa dizer que o livro se transformou em um instrumento conectado com seu tempo, mas sem perder de vista os saberes do passado. Isso é algo destacado no PNLD, que não tem uma marca estática, mas sim dinâmica e atenta com os assuntos da contemporaneidade.

A grande alteração do PNLD ocorreu mediante a promulgação da Lei 7084/10, que conferiu critérios norteadores para a aprovação dos livros didáticos pelas comissões avaliadoras. Na argumentação de Jacqueline Souza (2020), essa mudança pavimentou o caminho para o debate acerca da diversidade. Neste caso, diversidade não só de conteúdo, de metodologias, mas até mesmo de avaliadores; agora considerando a integração de professores universitários e da educação básica na composição das equipes de pareceristas (SOUZA, 2020). O decreto privilegiou a autonomia do docente, a pluralidade pedagógica, processos mais transparentes, conferindo um caráter ainda mais democrático à coisa pública. Esta alteração na lei instituiu a avaliação do livro didático para todos os segmentos do ensino, a cada três anos (SOUZA, 2020, p. 48). *Ou seja*, o decreto padronizou os guias do PNLD, tornando obrigatório a elaboração de resenhas das obras aprovadas, conferiu periodicidade e atualizações trienais dos conteúdos que são abordados nos livros e criou comissões avaliadoras capazes de traduzir todos os contextos educacionais em suas diferentes clivagens, sejam elas regionais, institucionais ou sociais.

Retomando aspectos centrais do Guia do PNLD para Sociologia, há a informação de que todo o processo se iniciou em 2015, tendo sua conclusão em 2018. Outra importante nota diz respeito a instituição selecionada para coordenar todo o processo deste edital, que nesta edição ficou a cargo da *Unicamp-SP*. No guia do programa há critérios relevantes para a aprovação dos livros que foram condicionados pelo Decreto de nº 7084 de 2010, considerando, assim, os seguintes pontos determinantes do guia, oriundos dessa legislação, temos as seguintes proposições:

1. Assegurar a **presença dos conteúdos das três áreas** que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política.
2. Respeitar o rigor teórico e conceitual.
3. Realizar a **mediação didática**.
4. **Contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico** pelo estudante.
5. Garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor após a

publicação do edital, foram formadas pela Universidade Estadual de Campinas duas coordenações para a avaliação dos livros de Sociologia inscritos: (1) a coordenação institucional, responsável pela gestão administrativa da avaliação; (2) a coordenação de área, responsável pela coordenação pedagógica do processo de avaliação dos livros didáticos, o que inclui a responsabilidade pelo processo de avaliação do livro didático a formação de uma equipe de avaliadores. (BRASIL, 2018)

A edição do PNLD de 2018 não só esteve adequada aos critérios deste último decreto, mas contemplou todas as demais diretrizes educacionais que visam entregar uma educação capaz de produzir uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Por este motivo que a autora Jacqueline Souza (2020) defende a interdisciplinaridade e enxerga, por exemplo, nas diretrizes curriculares nacionais do ensino médio de 2012 (DCEN), asseguradas na resolução do CNE de nº 02/2012, os dispositivos necessários para a aproximação de áreas afins. Consultado na íntegra, chama a atenção certos trechos dessa resolução citada:

Artigo 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos, definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das unidades escolares públicas e particulares que oferecem o Ensino Médio. Capítulo II Referencial legal e conceitual Artigo 3º O Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos. Artigo 4º As unidades escolares que ministram esta etapa da Educação Básica devem estruturar seus projetos político-pedagógicos considerando as finalidades previstas na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional): I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a **formação ética** e o **desenvolvimento da autonomia intelectual** e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática. Artigo 5º O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em: I - formação integral do estudante; II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente; III - **educação em direitos humanos** como princípio nacional norteador; IV - sustentabilidade ambiental como meta universal; V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; VI - **integração de conhecimentos gerais** e, quando for o caso, técnico profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização (BRASIL, 2012, p. 2).

Como bem destacou em sua pesquisa, Jacqueline Souza (2020) considera que este dispositivo jurídico incentiva a integração de áreas do conhecimento proporcionando a contextualização de grandes temas, mas também enxerga nisso tudo a consolidação da sociologia nos livros didáticos, algo que corrobora a visão de Simone Meucci (2000) que defende que a institucionalização desse componente curricular se efetiva através dos livros e dos manuais didáticos que contribuem para a legitimação de saberes escolares.

Assim sendo, nota-se que a principal marca desta edição do PNLD de 2018 foi a interdisciplinaridade, configurando como um caminho propício para a efetivação de um projeto educacional voltado para a diversidade. Basicamente, isso significa dizer que o alvo de todo este percurso é criar, entre os educandos, um amplo entendimento acerca do caráter positivo das diferenças, da pluralidade, da multiplicidade, como está enfatizado nas diretrizes educacionais e devidamente acolhido pelo PNLD e por grande parte da comunidade acadêmica. Nesse sentido, Souza (2020) argumenta que os critérios do programa estão alinhados com a legislação educacional, assegurando um amplo debate a respeito da diversidade social e cultural do Brasil.

Sobre diversidades, o próprio guia pontua que o livro didático possui potencialidades para inculcar pontos positivos acerca das culturas antes invisibilizadas, propiciando o êxito das propostas previstas nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, que buscam, respectivamente, a promoção das culturas Africana, Afro-brasileira e dos povos originários. O enfoque à diversidade social e cultural é entendido, neste caso em especial, a partir de um recorte étnico, no sentido de observar o modo como o assunto é apresentado nesses materiais e se há caminhos para enriquecer essa discussão através da interdisciplinaridade prevista nas diretrizes e normas da educação brasileira.

Souza (2020) enfatiza que os critérios do PNLD de 2018 destacam a relevância dos conceitos de *desnaturalização* e *estranhamento*, mobilizados para suscitar as críticas sociais e a alfabetização científica. Isso facilita bastante o diálogo de áreas afins e viabiliza a promoção positiva da cultura das minorias, como bem orienta o próprio guia do programa, ajustando, assim, os conteúdos às normativas previstas em leis e diretrizes. O programa exigiu um grande esforço dos autores e das editoras, no sentido de se atentarem para a questão da mediação didática, porque precisavam entregar um material capaz de atender a todo esse conjunto de determinações.

Assim, diante de tantas alterações, o PNLD tornou-se um *elo forte entre o estado e a educação* (SOUZA, 2020), um programa dinâmico e conectado aos temas da contemporaneidade, preocupado em assegurar uma educação plural e integradora. Muito

mais do que proporcionar a elaboração, o parecer e a distribuição dos livros didáticos, o programa em questão ajuda a validar conhecimentos que são dignos de serem ensinados no ambiente escolar. Por ser este elo forte do Estado com a realidade escolar (SOUZA, 2020), o guia do PNL D de 2018 reconhece, ao levantar questões relacionadas à Sociologia, que há lacunas a serem devidamente preenchidas no tocante à mediação didática.

Nesse sentido, o guia salienta que é preciso ter maior atenção quanto a linguagem adotada nessas obras; rigor teórico e conceitual no tratamento dos tópicos apresentados, buscando, sempre, o equilíbrio entre as três áreas do conhecimento que compõem as Ciências Sociais; elaboração de atividades avaliativas coerentes com a realidade social dos alunos, sem pecar pelos exageros ao propor exercícios que demandem recursos tecnológicos avançados demais para determinados contextos sociais mais sensíveis e; sinaliza para a importância de se trabalhar com temas plurais, considerando as diversas conjunturas de um país continental como o nosso. Em outras palavras, o programa nacional do livro didático não só valida conhecimentos, mas viabiliza a construção de sentidos razoáveis desses assuntos junto aos educandos de diferentes regiões, culturas ou classes sociais. Trata-se, de fato, de um programa atado ao seu tempo, sendo uma ferramenta dinâmica a serviço da educação brasileira.

4 Metodologia

A principal finalidade desta seção é apresentar aspectos significativos da metodologia mobilizada para a realização da presente pesquisa sobre os livros didáticos de Sociologia, considerando a maneira como foi tratada (ou não) a temática da cultura Africana e Afro-brasileira no material selecionado. Destarte, vale destacar, desde já, que este trabalho foi desenvolvido a partir do método qualitativo, abordagem que nos permite ter maior compreensão de uma determinada questão educacional, cultural e social.

Sob os ditames desta abordagem metodológica, este exame recorreu a duas revisões bibliográficas, uma sobre o livro e outra sobre o debate étnico-racial, para que todos os meandros do trabalho científico pudessem ser trilhados de maneira assertiva e objetiva, permitindo encontrar o máximo de respostas possíveis acerca dessa proposta de pesquisa: a análise temática do livro didático. Neste caso, considerando um tema em especial, voltado para a promoção cultural, social e histórica de determinadas etnias como foi colocado em lei e confirmado em diretrizes educacionais.

Para o exame do livro didático *Sociologia hoje* (2016), o recurso empregado foi a descrição do tema inquirido pela pergunta central deste trabalho, que resultou de uma interpretação sistematizada na qual se buscou evidenciar a presença e a ausência de certos conceitos presentes no debate antirracista, contribuindo, assim, para a formação de unidades temáticas que ajudaram a delinear o escopo deste trabalho: verificar a abordagem étnico-racial nos três pilares das Ciências sociais no livro didático do Ensino Médio.

O método de análise de conteúdo usado, em grande parte, para interpretar dados de entrevistas pode ser aplicado para analisar pontos sensíveis de discursos políticos, entrevistas, matéria jornalística ou mesmo de manuais didáticos (BARDIN, 1977).

Nesse sentido, buscou-se a descrição de relevantes pontos da obra examinada, para depois interpretá-los a partir do método proposto por Laurence Bardin (1977), considerando eventuais adaptações, pois não é intuito deste trabalho a aplicação total do método aqui citado. Segundo Bardin (1977), na análise de conteúdo, por vezes, o que conta é a presença ou a ausência de determinadas características que contribuem para um exame estrutural assertivo acerca de certos debates.

O objetivo é descortinar elementos subjacentes ao que se evidencia numa primeira leitura, atuando como um verdadeiro arqueólogo, encontrando o grau de frequência de determinados temas imersos em uma obra literária, mas sem perder de vista que o discurso não se esgota tão facilmente.

A relevância de se optar pela pesquisa qualitativa repousa na preocupação de interpretar situações sensíveis de nossa sociedade, possibilitando maior elucidação e reflexão acerca das dinâmicas sociais (SOUSA; SANTOS, 2020). Situações que podem e devem ser abordadas nos livros didáticos, pois contribuem para a formação do senso crítico entre os educandos, permitindo, assim, o pleno desenvolvimento de um projeto audacioso de educação voltado para a cidadania.

A respeito dos aspectos operacionais da pesquisa, dentre os livros de Sociologia aprovados no edital do PNLD de 2018, optou-se por um único exemplar para conduzir todas as observações necessárias. A partir desta seleção, foi realizado um exame acurado capaz de demonstrar a presença ou a ausência, nesse exemplar didático, de todos os tópicos propostos pela Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura Africana e Afro-brasileira, considerando, em especial, as potencialidades para se fomentar o debate antirracista através da presença desses temas na obra examinada.

A rigor, o primeiro intuito foi o de visualizar a abordagem dessa temática: se o tema estava de fato presente na obra selecionada. Num segundo momento, observar a maneira como o tema foi tratado, se presente no livro, se houve mediação didática, o uso de linguagem acessível e, principalmente, se o conteúdo estava dentro daquilo que se idealiza como educação antirracista. Para tanto, foram cogitadas as possibilidades de se analisar as obras aprovadas no edital de 2018, que foram elas: “**Sociologia**”, de Benilde Lenzi Motim, Maria A. Bridi e Silvia M. de Araújo, da editora Scipione (2017); “**Sociologia Hoje**”, de Celso de Barros, Henrique Amorim e Igor José Machado, da editora Ática (2016); “**Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**” de Bianca Ferreira Medeiros, Helena Bomeny, Julia O’Donnel e Raquel Emerique, da editora Brasil (2016); “**Sociologia em Movimento**”, de Afrânio Silva et al, da editora Moderna (2016) e; por fim, “**Sociologia para Jovens do século XXI**”, de Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo César da Rocha, da editora Imperial Novo Milênio (2016). Referente aos livros citados, diante do material disponível, somente edições direcionadas aos docentes foram cogitadas para esta averiguação.

Diante do prazo limitado para a apresentação deste trabalho, foi necessário limitar o número de exemplares analisados, tendo em vista que a temática antirracista foi examinada através das três áreas do conhecimento que compõem as Ciências Sociais: *Antropologia, Sociologia e Ciência Política*. Ou seja, um dos primeiros critérios de filtragem dessas obras extensas foi selecionar livros didáticos que apresentassem de maneira bem demarcada as fronteiras dessas três áreas do conhecimento. O segundo critério de seleção foi privilegiar os livros disponibilizados (e mobilizados) nos dois períodos do **Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I e II**, respectivamente das turmas de licenciatura das Ciências Sociais dos anos de 2020 e 2021. O terceiro critério foi privilegiar obras didáticas que estavam disponíveis em um drive criado para essas duas etapas do estágio.

Com isso, vale destacar que para esta pesquisa foi examinada a obra didática: *Sociologia Hoje (2016)*. Essa escolha seguiu os critérios de filtrações anteriormente justificados levando em consideração também que a análise do tema a ser observado, segundo o que consta na Lei 10.639/03 e ponderando o nosso recorte na questão antirracista, não se limita à visão sociológica apenas, pois o escopo desta investigação é averiguar a maneira como o tema em questão foi abordado nas três áreas que compõem as ciências sociais, por isso a orientação para livros organizados em três grandes eixos,

nas três disciplinas que devem estar presentes nos livros didáticos de Sociologia direcionados para alunos do Ensino Médio.

A justeza desta investigação repousa na preocupação de se captar o tratamento dado à questão antirracial nas unidades de Antropologia, Ciência Política e Sociologia do livro escolhido para a elaboração da presente pesquisa. O objetivo é encontrar esta temática na obra didática e considerar a leitura do problema sob diferentes lentes do conhecimento científico.

5 Descolonizando o conhecimento.

No que se refere à uma educação eminentemente antirracista, que visa promover a cultura, a história e a imagem do negro em nossa sociedade, é preciso considerar parte dos escritos elaborados por importantes autores que buscaram discutir esta temática. Todavia, é justo afirmar que este assunto segue em constante disputa no campo acadêmico, não sendo possível esgotá-lo, aqui, neste trabalho de conclusão de licenciatura. Entretanto, esta breve revisão será de grande valia para a interpretação de eventuais unidades de registro captadas nesta análise de conteúdo dos livros didáticos de Sociologia.

Esse projeto de educação visa romper com um tipo específico de universalismo, considerando o seu aspecto meramente ilusório. Isso porque é preciso encarar essa concepção a partir do seu ponto de partida, do modo como surgiu e quais foram os atores que iniciaram essa discussão.

Na obra *“Pele negra, máscaras brancas”*, de Frantz Fanon (2008), ficou evidente que o conceito de universalidade serviu aos interesses dos povos do velho continente, para exaltar a cultura branca, justificar suas condições existenciais e materiais, de serem lidos, por todos, como a expressão máxima da humanidade. Ponderação essa que se confirma nas palavras de Silvio Almeida (2018), que sustenta a ideia de raça como dispositivo de classificação de pessoas, sendo um fenômeno da modernidade, alicerçando o ideário filosófico europeu em que o localiza como figura universal.

Assim, esses autores convergem no ponto que interpretam a noção de universalidade como produto desse processo de desumanização dos povos colonizados em virtude do povo branco do velho continente, que em nome da *razão* implementou todo o tipo de opressão.

Examinando esta noção de universalismo, Fanon (2008) propôs que buscássemos o verdadeiro sentido disso, superando os efeitos do colonialismo, libertando o negro dessa situação constante de objetificação. Para ele, a pretensa inferioridade do negro deve ser encarada como criação do projeto colonial, que condicionou a posição social das pessoas a cor da pele. Ou seja, imperava uma visão de mundo predominantemente caucasiana: em que a branquitude ganhou sentidos positivos, ao passo que os negros foram obrigados a carregar todos os imperativos negativos do ser. Diante dessa breve observação, o autor argumenta que o pretense atraso cultural dos negros resulta do lugar que o olhar do branco o impôs: o de selvagem, com uma postura mais espiritualizada, um não-humano. Considerando todo o panorama do processo construção da imagem do negro ao longo dos séculos, o autor acrescenta que “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial” (FANON, 2008, p.30).

Visando aprofundar sua argumentação, Fanon (2008) promove um exame psicanalítico a respeito do racismo, desvendando os mecanismos intrínsecos a sua reprodução. Para isso o autor mobilizou parte das teorias e dos conceitos de Freud (1856-1939) e Hegel (1770-1831) para sistematizar e justificar sua análise sobre o racismo, que repousa, primeiramente no mecanismo de interiorização da inferioridade do negro através, obviamente, do processo de colonização, que o transformou no *outro*, para afirmar a imagem do *eu* (do universal, do branco, europeu) com tonicas de superioridade. Colonizadores construíram sua imagem em detrimento da representação do outro, afirmando sua humanidade em cima da desumanização daquele que precisava, em prol da colonização, ser visto como mero produto (objeto).

Portanto, para Fanon (2008), todo este processo de epidermização que foi socialmente construído pode ser interpretado à luz da psicanálise, com diversos esclarecimentos acerca do entendimento sobre as neuroses a que estão submetidos os envolvidos nesta interação de cunho dialético. Isso porque o autor também mobiliza pontos de vista hegelianos para conduzir sua análise sobre o racismo.

Partindo dos escritos de Hegel e associando-os aos de Freud, Fanon (2008) estabelece uma constelação de sentidos para os desfechos do processo de dominação colonial. Interessante notar que em Hegel (1988), a dialética do “*senhor e do escravo*” apresenta o ethos do reconhecimento, que passou a ter um sentido específico em um determinado momento de nossa história. Na leitura de Henrique Vaz (1981), os escritos hegelianos demonstram que o resultado da dialética fez surgir um entendimento genuíno acerca da consciência histórica do sujeito universal. Através do jogo hipotético-dedutivo

hegeliano assistimos a liberdade abstrata do objeto frente ao ser, que é perfeitamente ilustrado abaixo como:

O primeiro momento da dialética do reconhecimento é denominado por Hegel "o conceito puro do reconhecer" (30) e exprime a identidade abstrata da consciência-de-si ou, simplesmente, a sua "duplicação" ou o seu situar-se em face de outra consciência-de-si (...) o outro não se prova ainda como essencial para que cada um se constitua como efetiva e concreta consciência-de-si. Há pois, agora, uma desigualdade (33) entre os dois termos da relação do reconhecimento e essa desigualdade assinala a distância que separa — histórica e dialeticamente — o indivíduo que é consciência-de-si mas ainda está mergulhado na imediatez da vida (34) e o indivíduo que se universaliza pela forma mais alta do reconhecimento que é o consenso racional na sociedade política (VAZ, 1981, p. 20).

Henrique Vaz (1981) destaca que neste mecanismo dialético o escravo teve sua independência negada, passando a ser encarado de maneira negativa através dos olhos do seu senhor que, por fim, o objetifica.

Uma vez transformado em objeto, desumanizado, o escravo teve a anulação de sua posição junto ao ethos da universalidade. O que só contribuiu para reforçar um discurso capaz de determinar o lugar do objeto frente aos senhores, agora vistos como portadores de uma pretensa universalidade.

A contribuição central de Frantz Fanon (2008) para o desvendamento deste jogo hipotético-dedutivo está em enxergar um caminho plausível para a libertação do escravo na efetividade da práxis (FAUSTINO, 2018). O que Fanon afirma é que a práxis do escravo é uma resposta à ação do senhor universal. O desfecho tende a ser lido da seguinte forma:

Há, na base da dialética hegeliana, uma reciprocidade absoluta que precisa ser colocada em evidência. É na medida em que ultrapasso meu ser imediato que apreendo o ser do outro como realidade natural e mais do que natural. Se fecho o circuito, se torno irrealizável o movimento nos dois sentidos, mantenho o outro no interior de si. Indo às últimas consequências, chego mesmo a lhe tomar este ser-para-si (...) O único método de ruptura com este círculo infernal que me reenvia a mim mesmo é restituir ao outro, através da mediação e do reconhecimento, sua realidade humana, diferente da realidade natural. Ora, o outro deve efetuar a mesma operação. "A operação unilateral seria inútil, porque o que deve acontecer só pode se efetivar pela ação dos dois (...) Na sua imediatez, a consciência de si é simples ser para si. Para obter a certeza de si-mesmo, é preciso a integração do conceito de reconhecimento. O outro, igualmente, espera nosso reconhecimento, a fim de se expandir na consciência de si universal. Cada

consciência de si procura o absoluto. Ela quer ser reconhecida enquanto valor primordial, desvinculado da vida, como transformação da certeza subjetiva (Gewisheit) em verdade objetiva (Wahrheit). Reencontrando a oposição do outro, a consciência de si tem a experiência do Desejo; primeira etapa do caminho que conduz à dignidade do espírito. Ela aceita arriscar a própria vida e conseqüentemente ameaça o outro na sua presença corporal (FANON, 2008, p. 180-181)

Considerando a práxis dos sujeitos envolvidos nesta dinâmica de dominação colonial, em que corpos são lidos como objetos, fora do prisma universal, em favor de outros, Fanon (2008) propõe uma ruptura com toda essa mecânica social que privilegia a branquitude, revolucionando a maneira de se entender o mundo, descolonizando o pensamento daqueles que na famosa dialética ocupa a posição de objeto.

Segundo Faustino (2021) os escritos fanonianos defendem a reestruturação do mundo, ao passo que oferecem os elementos iniciais para se fundamentar toda a práxis antirracista, tendo em vista que elucida, de maneira assertiva, certas singularidades como: a noção de identidade como resultante de relações recíprocas de alteridade; o estranhamento desse mecanismo de dominação colonial e; pontua que a negação colonial não é ontológica, mas sim histórica, podendo ser superada.

A superação dessas neuroses produzidas por este processo de dominação está alicerçada, como bem salientou Frantz Fanon (2008), na efetividade da ação, no ato *revolucionário* de negar o prisma de universalidade branca, pensando fora do estado de brancura, numa eterna ânsia por inserção em uma estrutura arcaica que foi forjada sem o reconhecimento da humização do negro. Portanto, é patente que o negro precisa criar suas próprias estrutura, precisa promover, de fato, a descolonização, para não ficar lutando por uma liberdade artificial, diante de uma justiça parcial, que tende a privilegiar valores coloniais. Isso porque nas colônias a infraestrutura tende a ser dividida, determinando que “o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico” (FANON, 2010, p. 29), logo o negro é pobre por ser negro? Ou seria pobre por ter sido empurrado para as margens? Descolonizar torna-se premente para a saúde moral da humanidade.

Diante desse processo de descolonização, a obra “*Lugar do Negro*” (1982) apresenta uma série de exemplificações a respeito dessa temática em seu sentido prático, pois evidencia o tonos revolucionário da pauta antirracista, respaldada, por exemplo, nos escritos fanonianos. O objetivo de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) é subsidiar, num primeiro momento, a temática etnico-racial com informações históricas sobre as diversas lutas, do que se convém denominar movimentos negros. Isso

serve para destacar a relevância da pluralidade, algo que os autores manifestaram de maneira bastante contundente ao externalizarem que “nós negros não somos um bloco monolítico” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 18). Essa afirmação marcou fortes posições, servindo de base para essa análise, pois é necessário ver além do que se costuma encarar como partes iguais de um bloco homogêneo, onde, à primeira vista, as singularidades tendem a se escamotear.

A primeira parte da obra de Gonzalez e Hasenbalg (1982) busca retratar um momento de tensão de nossa história, da *ditadura civil-militar* de 1964, que alterou significativamente a vida de milhões de pessoas, o que fez piorar as condições sociais da população negra, acentuando a tônica do racismo à brasileira.

Sobre este período, os autores demonstraram que o “milagre econômico” não abarcou as pequenas indústrias que, justamente, empregavam grande parte do operariado negro, situação essa que levou muitas dessas firmas a terem que encerrar suas atividades. Sem poder contar com esses postos de empregos, os negros engrossaram as filas de desempregados, tendo que recorrer a informalidade. O chamado “milagre econômico” da ditadura civil-militar não considerou a integração dos negros neste processo de expansão do capital, mas contribuiu sobremaneira para jogá-los, de uma só vez, nas situações de vulnerabilidade social.

O negro, privado de sua cidadania, passou a encontrar refúgio nas periferias dos grandes centros urbanos, exercendo um papel marginalizado nessa peça social elaborada pela elite branca deste país, que não exitou em direcionar a essa população de cor as posições mais baixas.

A análise de conjuntura de Gonzalez e Hasenbalg (1982) nos remete a Grécia por fazer referência a teoria aristotélica sobre “*Lugar natural*” para elucidar, assim, a posição do negro em um momento de autoritarismo político e econômico de nosso país.

Em relação a essa hipótese, proposta por Aristóteles (384-322 a.c), o pesquisador Júlio Fabris (2020) explica que o intuito do filósofo grego foi o de teorizar o movimento, que conduzia os corpos pesados ao seu lugar natural: ao centro da terra. Sendo assim, o pesquisador de astronomia explica que existem os conceitos de corpos em potência e de corpos em ato, algo que pode ser visto da seguinte forma: “O lugar natural da pedra que está na minha mão, é o centro da Terra (..) a pedra está em potência no seu lugar natural, não em ato” (FABRIS, 2020, p. 12).

Explicitando um pouco mais esse raciocínio, vemos que o filósofo grego aborda as figuras do agente e do objeto, numa situação em que há movimentos forçados, quando a

pedra é impulsionada para cima pelo agente, retornando depois para o seu lugar natural, para baixo, após sofrer a ação do agente: a pedra como figura passiva diante do agente como ser ativo que promove a ação. Desta concatenação, Gonzalez e Hasenbalg (1982) desenvolvem sua argumentação a respeito das posições ocupadas pelos Afro-brasileiros ao longo de toda nossa história, em especial sob o regime instaurado em 1964, alegam que:

Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do *lugar natural de Aristóteles*. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas e etc., até a polícia formalmente constituída (...) Já o lugar natural do negro, é o oposto evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais (cujo os modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo, a divisão racial do espaço (...) Além disso, aqui também se tem a presença policial, só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 15-16).

A partir desta última citação, não fica difícil de entender os motivos que levaram os autores a mobilizarem justamente a teoria aristotélica para evidenciar o lugar que o negro ocupa em nossa sociedade.

Para Gonzalez e Hasenbalg (1982), é relevante considerar quem configura como objeto que sofre a ação e quem ocupa a posição ativa capaz de condicionar os movimentos daquele que foi transformado em objeto, desumanizado, coisificado e subjugado. Em síntese, temos o sistema colonial que performa, neste caso, como o agente causador, que impôs aos negros um lugar eminentemente periférico.

No período mais rígido do regime civil-militar, tratar de temas como racismo estava terminantemente proibido (GONZALEZ; HASENBALG, 1982). Era o momento de colocar em pauta o crescimento econômico do país e a discussão racial não era algo que os generais estavam dispostos a tratar, afinal era um só país, um só povo, um único objetivo em comum que não podia ser maculado por algo visto como desimportante. Mas obviamente era de suma importância, tanto que foi nesta época que surgiram diversos coletivos negros em nosso país (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

Todavia, mesmo diante do crescimento dessas entidades, o que chamou a atenção dos autores foi a proibição de aglomerações de negros, encaradas como casos de polícia, a exemplo dos templos de religiões de matriz Africana obrigados a terem registros juntos aos órgãos de segurança pública para poderem funcionar.

Em resumo, assistimos a desarticulação das elites negras pelo regime: ações recreativas, religião, movimentos de expressão artística, tudo o que estivesse associado ao negro estava sob constante vigilância.

Porém, mesmo diante de uma política de opressão, os negros resistiram, foram além dos limites impostos pelo regime (GONZALEZ; HASENBALG, 1982), criaram diversos núcleos de atividades político-culturais: escola de artes visuais, Rio de Janeiro, em 1976; clube renascença início da década de 70, momento do apice de suas programações; incremento da cultura soul em diversas cidades e o surgimento do MNU, movimento negro unificado (GONZALEZ; HASENBALG, 1982). No que se refere ao MNU, nossos pesquisadores destacam que um impasse precisou ser solucionado: a hipótese meramente classista das dificuldades sociais enfrentadas pelos negros. Foi o momento de unificar vozes, antes silenciadas, para reivindicarem lugares de protagonismo, seja na agenda cultural ou mesmo na agenda política, o negro marcou posições acirradas frente aos novos dispositivos de opressão social.

Nas leituras de Gonzalez e Hasenbalg (1982) o mito da democracia racial serviu para fortalecer a ideologia do branqueamento, permitindo a operacionalização do sofisticado sistema de discriminação, ocultado pela falácia de que não existe racismo no Brasil. O que os autores alegam é que, ao declarar isso, alicerçado por um universalismo que privilegia um único grupo étnico, visto como modelo, afirmando uma harmonia social que não se sustentou ao primeiro exame, atribuía-se a miséria do negro a interpretação unicamente social. E isso foi interiorizado por muitos negros ao longo dos anos. Foi justamente isso que o MNU precisou desmistificar, trazendo à tona todo o processo de ocultação e negação do racismo à brasileira: “o racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e de outros não brancos, constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor” (Ibidem, p.69).

O que os autores explicitam é que muitos outros pesquisadores advogam que, o negro para ascender socialmente deve, apenas, passar por um processo de assimilação, o que comprovaria a hipótese da estratificação ser vista através da lente classista. Todavia, o que assistimos à luz da história é resultado de um sistema colonial escravista que, por questão de sua própria sobrevivência, criou o racismo, reforçando que isso foi,

exclusivamente, uma invenção dos brancos, visando assegurar suas posições frente àqueles que carregavam as marcas da objetificação (GONZALEZ & HASENBALG, 1982; FANON, 2008).

Não por acaso que muito do que foi discutido por Fanon (2008) foi resgatado por Gonzalez e Hasenbalg (1982), especialmente no que se refere ao processo de desvendamento de parte dos dispositivos de opressão, mobilizados para submeterem os negros à condições sub-humanas. Aqui, vale lembrar as obras fanonianas em que muitos dos conceitos da psicanálise foram empregados para elucidar o racismo e inaugurar um movimento decolonial, em que o ponto central está em romper com a colonização da mente. Portanto, a descolonização envolve repensar os lugares dos negros em nossa sociedade, começando pela maneira como são vistos, através dos estereótipos que lhes foram associados; e uma alternativa passa, obviamente, pelo âmbito educacional.

A solução de tudo o que foi tratado até então está, de fato, em repensar as abordagens do tema étnico-racial nas escolas, oportunizando um amplo debate sobre novas pedagogias, mais inclusivas e conectadas com as diversas culturas presentes nesses espaços. Por isso que a professora Josiane Souza (2019) destaca que a educação antirracista tem como um dos seus objetivos a promoção da cultura Africana e Afro-brasileira, a possibilidade de reforçar laços identitários e valorizar a imagem das pessoas negras, há séculos marginalizada por um sistema ancorado numa visão de mundo hegemonicamente branca. Assim, essa professora advoga muito das proposições elaboradas pela escritora Bell Hooks (1952-2021), que propôs uma verdadeira transgressão na educação ao escrever *“A educação como prática da liberdade”* (2013), com o intuito de fazer ruir todo o sistema de opressão racial erguido no período colonial.

Bell Hooks (2013) elencou diversos elementos necessários para se implementar um modelo de educação comprometido com uma agenda, verdadeiramente, antirracista. De acordo com essa pesquisadora, a educação libertadora deve ser priorizada nas unidades escolares por ser capaz de ajudar os alunos em seu crescimento espiritual e intelectual. Para essa autora, aplicar o modelo freireano, do qual é defensora, é fortalecer o aluno e a si mesmo enquanto agente educador, mas reconhece que esse audacioso projeto esbarra na ordem social estabelecida. Dessa forma, considera que a resistência deve ser uma característica presente entre os professores progressistas, que devem ter o objetivo de buscar a liberdade, mesmo diante das incertezas impostas pelo sistema (HOOKS, 2013).

Neste modelo de educação elaborado a partir dos métodos freireanos há liberdade para desmistificar, através do senso crítico, a velha noção de neutralidade tão difundida por escolas, institutos e universidades. Nas palavras de Hooks (2013) existe uma cultura de dominação presente nestes discursos aparentemente neutros, mas que amparam todas as parcialidades que sustentam as concepções racistas, sexistas e xenofóbicas, distorcendo todo o real sentido da educação, que é o de propagar a liberdade como um valor máximo a ser alcançado por alunos e professores. Neste sentido, empregar um conjunto de práxis cuja finalidade é romper com a visão colonial hegemônica é viabilizar espaços para que vozes, antes silenciadas, tenham a chance de serem ouvidas. Tudo isso tendo potencial para criar:

(...) uma comunidade de aprendizado, um lugar onde as diferenças fossem reconhecidas, onde todos finalmente compreenderiam, aceitariam e afirmariam que nossas maneiras de conhecer são forjadas pela história e pelas relações de poder. Por fim, iríamos nos livrar da negação coletiva da academia e reconhecer que a educação que quase todos nós havíamos recebido e estávamos transmitindo não era e nunca é politicamente neutra. Estava na cara que a mudança não seria imediata, mas havia uma tremenda esperança de que o processo que havíamos desencadeado levasse a realização do sonho da educação como prática da liberdade. (HOOKS, 2013, p. 46).

Nota-se que o modelo defendido, aqui, pela autora não encara a noção de neutralidade e avalia a possibilidade de revisão desses conteúdos que são transmitidos sob a égide da universalidade. Isso porque é preciso pensar estes modelos educacionais a partir de um ponto de vista crítico. O sucesso desta empreitada requer, de todos os envolvidos, coragem para alterar paradigmas quando necessário.

Destarte, a educação como prática libertadora proporciona situações de protagonismo de alunos antes invisibilizados, fomenta o senso crítico, encara a teoria como prática social e cria laços entre conceitos e experiências do dia a dia (HOOKS, 2013). Bell Hooks constata que essa abordagem evidencia os privilégios oferecidos, pelo sistema, a alunos brancos e oriundos de classes abastadas resultando em maior poder dentro das salas de aula, tendo a seu favor uma pretensa autoridade universal que contribui para performances mais exitosas frente aos alunos marginalizados por este mesmo sistema de dominação. Essa interpretação pode ser vista através da noção de racismo institucional, no qual Silvio Almeida (2018) alega que as instituições moldam comportamentos, pois são “modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social, como a torna normalmente possível”

(ALMEIDA, 2018, p. 29). O que reforça a ideia de sistemas de dominação que seguem intactos em diversas instituições escolares que, infelizmente, mas não em todas, seguem reproduzindo as materializações de tudo aquilo que foi forjado no período colonial.

Neste sentido, praticar a educação libertadora é tornar, de fato, democrático os espaços de formação, rompendo com o status quo vigente, para desconstruir, quando necessário, antigas epistemologias (HOOKS, 2013). Todo esse conjunto de orientações, na visão da autora, significa pôr em prática a *descolonização de nossas mentes* para criarmos consciência plena a respeito da práxis revolucionária, no intento de aprimorar novas maneiras de ensinar e de aprender.

Diante desta breve explanação sobre a relevância do debate antirracional, nota-se que o desejo por eleger uma nova perspectiva em que a voz do negro possa ser, enfim, ouvida é antigo e resulta de muita luta. Assim, refletir a respeito do quanto avançamos não pode ser lido como uma trégua, mas sim como um incentivo para que possamos engendrar novas políticas afirmativas, no sentido primeiro de afirmar que é necessário romper com o sistema de opressão racial que tende a se perpetuar.

Portanto, é fundamental marcar posições rígidas diante das fronteiras que delimitam as perspectivas progressistas daquelas mais retrógradas, que são incompatíveis com um modelo de sociedade mais justo, ético e respeitoso. Se a educação pode assegurar todas essas benesses, sendo de fato libertadora (FREIRE, 1967; HOOKS, 2013), ela certamente pode, em um primeiro instante, oportunizar a plena libertação de nossas mentes, através do processo de descolonização: sendo o meio de se *descolonizar*, libertar, emancipar as estruturas do pensamento humano.

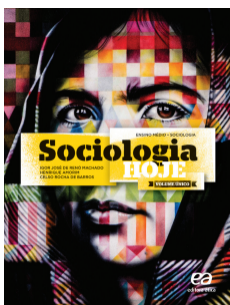
6 Livro didático do PNLD 2018

Na visão de Felipe Ferreira (2020) os livros didáticos podem fortalecer o desenvolvimento dos componentes curriculares e considerando a Sociologia, especificamente, pode proporcionar o pensamento sociológico entre os educandos através da mediação didática. E foi justamente através dessa interpretação que se buscou encontrar em uma das obras aprovadas no edital do PNLD 2018 os elementos necessários para se iniciar o debate antirracional a partir das abordagens do tema em questão.

Conforme foi salientado na seção anterior, será examinado o livro: *Sociologia Hoje* (2016). Ressaltando também que o livro direcionado especificamente para este

componente curricular trata-se de uma edição consumível, servindo para todos os anos do Ensino Médio. Por este motivo foi necessário ter que selecionar uma única obra, pois seria inviável analisar todas as obras aprovadas no edital do PNLD de 2018, tendo em vista um cronograma tão limitado.

A maneira como se realizará a análise deste livro seguirá uma breve descrição dos principais aspectos da temática central deste trabalho, do modo como surgem neste material didático, ou mesmo de sua ausência. O importante é ter em mente que haverá um breve relato seguido de um exame acerca dos conteúdos elencados no livro selecionado para este trabalho de pesquisa. Na sequência, como já informado, a descrição da obra em relação à temática observada de acordo com o que foi proposto pela Lei 10.639/03 e com o que ficou assegurado nas diretrizes educacionais e no próprio guia do PNLD de 2018: a promoção da Cultura Africana e Afro-brasileira.



SOCIOLOGIA HOJE

2. ed. São Paulo: Ática, 2016

volume único. Igor José de Renó

Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros

Esta edição de “*Sociologia Hoje*” nos oportuniza uma leitura dinâmica e enriquecedora, por trazer, ao longo de suas 506 páginas, as três áreas do conhecimento que compõem as Ciências Sociais, estando dividida em unidades: de Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Essa obra é destinada aos alunos do Ensino Médio, sendo usada ao longo de toda a sua etapa educacional, para todas as séries dessa fase da educação básica. O livro didático possui alguns boxes que ajudam a fixar os conteúdos abordados ao longo de todos os capítulos e há também seções especiais que promovem a retomada dos assuntos que foram tratados ao longo de suas unidades.

No livro, *Sociologia Hoje* (2016), há uma preocupação evidente de se trabalhar temas, conceitos e teorias de maneira ativa, criando uma sensação de que não estamos diante de um livro, mas sim de uma janela da web. Isso porque é visível que tudo está conectado, há uma percepção de que os conteúdos estão em movimento, o que torna a leitura não tão cansativa assim, ao ponto de ser vista com desinteresse por jovens

acostumados ao dinamismo das redes sociais. Este é um ponto altamente proveitoso deste material didático.

Esta compilação se inicia com os saberes antropológicos, tendo na *Unidade I* os debates acerca do que seja, de fato, cultura. Ao longo de 5 capítulos desta primeira parte o tema é tratado a partir das correntes clássicas da Antropologia: do evolucionismo ao relativismo, considerando, evidentemente, as interpretações mais atuais desta querela. Desta forma, os autores apresentam conjunturas adversas às nossas, para assim propiciar, aos leitores, situações de estranhamento e desnaturalização. Ao expor outras narrativas, os autores confrontam visões de mundo antes consolidadas e pouco questionadas, evidenciando a importância de se conviver com as diferenças.

Vale ressaltar que em todos os capítulos desta primeira parte da obra há insights sobre etnicidade, identidade e grupos sociais alicerçados em um panorama civilizacional (ou, pelo menos do que seja ser isso: civilizado). Todavia, o assunto étnico-racial da população negra é tratado com centralidade no capítulo IV, onde as controvérsias históricas da formação social do país são expostas sem nenhum verniz: da tentativa de branquear o país à falácia da democracia racial, tudo é citado e devidamente esmiuçado através de uma ampla revisão dos escritos antropológicos.

Outra caminho percorrido por nossos autores neste exemplar está em demonstrar imagens dos negros em diversas situações, buscando, assim, desconstruir a imagem estereotipada de um povo que não foi apenas escravizado, mas que também construiu, mesmo as duras penas, parte dos pilares deste país: buscaram, assim, positivar a imagem de um povo, antes maculada pelos erros do passado. Para isso, os autores trabalharam com a junção de perspectivas históricas e antropológicas, para fundamentar toda a sua argumentação a respeito da figuração atribuída aos negros ao longo de toda a nossa história.

No âmbito da sociologia, situada na *II unidade*, temos algumas particularidades um pouco instigantes, especificamente quando se nota, no capítulo VII, que a discussão sobre sistemas de produção não leva em consideração a esfera étnico-racial: não promovem, sequer, narrativas que levem em consideração analisar o mercado de trabalho através de uma observação acurada da relação de produção, capital e racismo. Outra curiosidade está no capítulo VIII, onde o principal assunto é debater as relações sociais, que desconsidera o emprego do termo negro ao longo de toda a sua exposição. Para fazer justiça, o termo surge ao fim do capítulo apenas, em um quadro interativo.

Já no capítulo IX, a sociologia problematiza as desigualdades materiais do Brasil considerando aqueles que ocupam, na maior parte dos casos, as posições mais vulneráveis: os afro-brasileiros. Isso porque há, segundo os autores citados em nosso material didático, uma nítida relação do quadro atual com o passado escravagista de nosso país. Ao final de toda esta explanação, há atividades em que os alunos tendem a refletir sobre todo esse assunto através dos processos de estranhamento e desnaturalização.

Com ilustrações bastante atuais e emblemáticas, a *III unidade (Poder, política e Estado)* aborda as teorias weberianas sobre a estrutura estatal, exemplificam a dominação carismática, por exemplo, mobilizando as imagens de Adolf Hitler e Martin Luther King. Nesta seção do livro didático temos também ilustrações a respeito do uso legítimo da força, tema que alicerçou o debate sobre a violência policial e sua relação com o racismo. Através de um clássico da ciência política foi possível tratar de um assunto atual e fomentar debates em sala de aula.

Por fim, a unidade sobre política nos traz temas relacionados à globalização e a grandes organizações internacionais, apresentando figuras de peso da comunidade negra que contribuíram para estes cenários, a exemplo do secretário da ONU, Kofi Annan. Com isso, o livro não só elenca figuras negras de grande relevância política, mas situa os negros nesses contextos, buscando positivar sua imagem, rompendo com as antigas obras didáticas em que os negros eram retratados, quase que via de regra, como sujeitos passivos e escravizados. Não é por acaso que no final desta obra didática, os autores discutem cidadania a partir da frase “Não sou eu um homem e um irmão?” (sobre os negros escravizados no passado).

Diante de todos os assuntos tratados neste exemplar didático, o alvo desta análise é delinear aspectos sobre a condução da temática antirracional em todas as áreas das Ciências Sociais, buscando, assim, enxergar marcadores terminológicos pertinentes para este exercício analítico. Sendo assim, dentre as palavras privilegiadas, usadas como indicadores temáticos, destacam-se, então, aquelas que nutriram o debate étnico-racial neste trabalho: *escravidão, racismo, discriminação, etnia, identidade, antirracismo, violência policial, desigualdade, diversidade, descolonização, consciência, decolonial, multiculturalismo, oportunidade e direitos civis*. A escolha destas palavras não impede que, ao longo deste exame, outras possam surgir com igual importância para o quadro de análises desta pesquisa.

A justificativa para a seleção dessas unidades temáticas repousa na abordagem étnico-racial presente em nossa seção sobre descolonização. No que se refere a interpelação temática, vale destacar a frequência de algumas dessas unidades de registro em nosso objeto de pesquisa (Sociologia HOJE, 2016).

| Unidades de registro | Quantidade | Unidades de registro | Quantidade |
|----------------------|------------|----------------------|------------|
| Multiculturalismo | 0 | Resistência | 28 |
| Descolonização | 02 | Discriminação | 51 |
| Violência Policial | 02 | Racismo | 52 |
| Antirracismo | 04 | Oportunidade | 56 |
| Pluralidade | 06 | Escravidão | 73 |
| Etnia | 09 | Dominação | 93 |
| Movimento Negro | 13 | Educação | 126 |
| Consciência | 15 | Desigualdades | 201 |
| Direitos sociais | 26 | Identidade | 234 |

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Em um primeiro momento, nota-se que há excessiva frequência de alguns conceitos em relação a outros, mas o ponto central deste quadro é apenas ilustrar o índice de recorrência destes termos para que se possa verificar em quais contextos estão situados e se estão alinhados ao que se busca examinar neste trabalho de pesquisa.

As palavras e expressões elencadas surgem em diferentes contextos ao longo de toda a averiguação deste material didático, mas as circunstâncias que nos interessa estão atreladas às proposições asseguradas na Lei 10.639/03. Portanto, muito mais do que considerar a recorrência desses indicadores, o importante, aqui, é promover uma exímia contextualização desses termos, localizando os trechos associados à temática étnico-racial. A respeito das primeiras unidades elencadas no quadro acima, é necessário demonstrar em quais contextos estão situadas, a exemplo de: *escravidão*, *racismo*, *discriminação*, *etnia*, *identidade*, *antirracismo*, *violência policial*, *direitos sociais e educação*.

De início, temos o conceito de *escravidão* presente no sumário, na parte de apresentação dos tópicos, nos exercícios, nas notas explicativas e no desenvolvimento de assuntos atrelados à agenda colonial. Os autores também utilizam o tema para explicar todos os episódios de luta dos negros contra o sistema escravagista. O exemplar didático evidencia os efeitos deste processo de dominação nos dias atuais, através do olhar sociológico em que a centralidade do debate se ampara em avaliar as disparidades de renda no Brasil. A concepção de *escravidão* também foi mobilizada para abordar o

pensamento social brasileiro à luz dos escritos de célebres autores como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Florestan Fernandes: que nos ajudam a entender que muitos direitos foram negados aos escravizados, que não foram vistos como parte do povo brasileiro, embora tenham contribuído bastante para a formação do Estado Brasileiro.

Ao analisar as conjunturas em que o termo *racismo* se encontra no livro didático, o etnocentrismo é destacado como uma de suas causas, sendo o relativismo uma das respostas elaboradas para conter o primeiro movimento relatado. O racismo surge como instrumento de dominação e segregação a ser constrangido e contido por uma série de reivindicações políticas tal como está ilustrado neste manual. O termo racismo aparece em quadros interativos e na parte do livro destinada a ofertar dicas didáticas aos professores.

Outro importante indicador é a *discriminação*, que nesta publicação educacional tem espaço significativo na parte que trata da Antropologia, apresentando o antropólogo Franz Boas (1858-1942) como um dos primeiros a marcar posição contra os efeitos da discriminação. Claramente que o termo não aparece apenas para tratar da temática étnico-racial, mas para levantar também a questão sexual, religiosa, de gênero ou mesmo de classe. Há uma multiplicidade de situações em que a discriminação é tratada ao longo do livro, mas um dos pontos mais emblemáticos está na seção em que se explica os tipos weberianos de dominação, ao elucidar aspectos da dominação carismática, os autores do livro trazem dois exemplos diametralmente opostos, de um lado, Martin Luther King (1929-1968), do outro, Adolf Hitler(1889-1945): um usou o carisma para conter avanços discriminatórios, o outro utilizou de seu poder para elevar todo o tipo de discriminação possível. O termo é retomado na seção voltada para as orientações didáticas aos professores.

No que se refere ao uso da palavra *etnia*, o material escolar demonstra que este termo distingue populações e pode determinar a distribuição de riquezas para uns e a sua privação para outros. Etnia é marcador social, é sinônimo de identidade e também serve para eleger sentimentos nacionalistas (em caráter positivo ou não). Seu uso no livro didático auxilia na compreensão identitária não só de negros mas de grupos indígenas.

Dessas unidades elencadas, a mais recorrente no livro *Sociologia Hoje (2016)* foi *identidade*, despontando mais de 200 vezes ao longo de todo o escrito. Evidentemente que esta palavra surge, por vezes, em quadros interativos, notas de rodapé ou mesmo na sumarização, estando presente nos trechos direcionados às instruções pedagógicas. O interessante é pensar em identidades em suas múltiplas manifestações, podendo ser

indígenas, negras, de gênero, ou mesmo atrelada à concepção de etnicidade. Assim, os autores levantam diversas elucidações acerca da identidade, sendo vista como polimorfa e transitória, não sendo totalmente dependente de uma ancestralidade, por exemplo.

Este teor aparece com grande destaque na unidade de Antropologia, porém, surge em Sociologia para determinar nossa identidade nacional na parte em que compete o pensamento social brasileiro. Para efeitos de informação, vale ressaltar que o tema não foi levantado na última unidade do livro, em que são tratados os tópicos de Ciência Política.

O vocábulo *Antirracismo*, uma importante unidade de registro, foi citado 8 vezes no manual de Sociologia analisado neste exame; surge para exemplificar valores pós-materialistas, ligados aos sentidos de liberdade e autonomia humana. Ocupa-se, basicamente, de delimitar aspectos relacionados à qualidade de vida e de sobrevivência de valores mais justos a todos, reconhecendo que o materialismo condiciona parte do ponto de vista identitário e que isso deve ser revisto. O significado de anti, de oposição, fica mais nítido quando o termo marcador surge nas propostas de atividades avaliativas. A verdade é que o termo antirracismo é pouco aprofundado neste livro, não chegando a ser esmiuçado com o devido afincio.

No que se refere à expressão *violência policial* é preciso salientar para o fato de que sua observação precisou ser feita em separado, para captar, de maneira assertiva, certas particularidades contextuais em que foram mobilizadas. Destarte, *violência* surge em diferentes contextos e merece grande atenção por se tratar de um tópico bastante sensível. A violência é abordada, primeiramente, para tratar dos casos envolvendo populações LGBTQIA +, tendo índices alarmantes em nosso país.

Posterior a tudo isso, o conceito é trabalhado para demonstrar casos em que as vítimas são mulheres, sendo essa uma outra informação relevante levantada em nosso livro didático, que faz questão de apresentar dados e situações bastante atuais, não tão distantes em termos de temporalidade. Num contraponto, os organizadores do livro trabalham a violência sob outro enfoque, ao tratarem da violência colonial contra mulheres negras, algo que não desapareceu com o passar dos séculos, muito pelo contrário, até se enraizou mais em nossa sociedade.

Na parte direcionada aos tópicos de política, há espaço para se discutir a violência como resposta do poder estatal, ou mesmo de uma nação contra a outra; elucidando aspectos da obra weberiana para explicar o uso legítimo da violência. Mas a partir disso é que surge espaço profícuo para o debate em aula, quando se questiona a violência

policial, por vezes direcionada aos jovens negros e periféricos: em xeque, a legitimidade das ações arbitrárias dos policiais militares.

A questão da legitimidade da violência é quase que central na unidade de Ciência Política, mas não impede que outras discussões possam ser levantadas. Já em separado temos o termo *policial*, de início, está localizado em um contexto antidemocrático, quando se problematiza o chamado Estado Policial (ditatorial), momento do livro em que a ditadura civil-militar e toda a sua ideologia são retratadas. Posterior a isso, a palavra é utilizada também para elucidar singularidades dos conflitos étnicos, quando evidencia a violência policial contra jovens negros (charges, fotos de protestos e dados são utilizados para ilustrar toda esta situação).

Os termos *direitos sociais* são marcadores relevantes nesta análise por oferecer ampla visão de outros importantes temas relacionados à questão antirracial. Neste levantamento, percebe-se o quanto esteve atrelado a temas como saúde, educação e bem estar social. Embora sejam tópicos em que a população negra esteja inserida, o tema foi direcionado, com atenção, à causa negra somente no quadro interativo em que se questiona os efeitos atuais dos direitos negados, no passado, às minorias.

Uma das unidades de registro mais expressivas foi a da *educação*. Isso porque é a partir dela que muitos de nós enxergamos um caminho para a ascensão social. Todavia, como bem ficou evidenciado neste manual didático, já se pensou a educação como modelo de segregação, em cenários em que foi vedado aos negros a oportunidade de estudar. Anos de lutas foram necessários para que a população negra pudesse começar a ocupar posições relevantes no âmbito educacional. Há também contextos em que a educação surge condicionada pelas diferenças de classes sociais, em que a burguesia segue tendo vasto acesso a este bem da humanidade. O termo educação é abordado como importante ferramenta para se desvendar aspectos da relação capital-trabalho: o que nos permite compreender certas desigualdades.

No ângulo político, a educação é encarada como resposta viável para a cidadania, mas sinaliza que temos um passado que necessita de revisão e correção, pois o Estado negou isso aos negros.

Após esta breve apresentação dos contextos em que estão inseridas essas primeiras unidades de registro que foram, aqui, selecionadas, compete, então, exibir o segundo quadro de unidades descritoras assim como sua posição frente a certas conjunturas presentes no livro didático. Neste momento secundário de contextualização,

convém destacar os seguintes termos: *descolonização, oportunidade, consciência, multiculturalismo, resistência, pluralidade, dominação, desigualdades e movimento negro*.

Um dos temas mais representativos sem sombra de dúvidas é o da *descolonização*, que neste manual didático manifesta um sentido transformador, relacionado a mudanças sociais engendradas por novas perspectivas identitárias e comportamentais. Dessa forma, o presente conceito contribui sobremaneira para identificarmos os processos de ruptura com o passado colonial e com seus eventuais desfechos socioculturais. Em resumo, a *descolonização* pode ser encarada como um sinônimo de emancipação dos povos subalternizados pelo sistema de dominação eurocêntrico.

O emprego da palavra *oportunidade* está situado em diferentes contextos, a exemplo dos casos relatados em que os negros tinham menos oportunidades de emprego em comparação à pessoas brancas. Outra discussão a respeito desse termo está alicerçada no debate sobre estratificação social, em que as oportunidades econômicas condicionam as posições sociais dos indivíduos em determinadas classes sociais. Assim sendo, ao longo de todo este tópico da Sociologia Weberiana o termo oportunidades se faz presente para elucidar diferentes tipos de divisões sociais, proporcionando, inclusive, um exame acurado sobre mobilidade social em diferentes tipos de coletividades.

A palavra *oportunidade* surge ademais na unidade sobre política, em que há uma introdução acerca dos direitos políticos de cada um, encarando a situação em que se problematiza a oportunidade assegurada pela ordem política, pelo viés democrático que consolida nossa capacidade de escolha, de termos liberdades para selecionar essas oportunidades (de ação). Isso significa afirmar que em determinados ambientes há mais oportunidades para o mercado de trabalho e para a atuação política.

Ao buscar as circunstâncias do livro em que a expressão *consciência* aparece, nota-se a sua relevância para esclarecer aspectos da obra do sociólogo E. Durkheim (1858-1917), quando aborda os elos que contribuem para a sustentação estrutural de uma sociedade. Segundo seus escritos, os valores morais compartilhados por todos forma a consciência coletiva/social de um povo, possibilitando a manutenção dessas coletividades. Todavia, este termo não foi mobilizado para debater qualquer demanda de ordem étnica ao longo deste manual didático.

O tema *multiculturalismo* não apresentou qualquer recorrência lexical no livro analisado. Embora não tenha a presença dessa unidade terminológica, ainda assim há discussões acerca da diversidade cultural na obra examinada. Contudo, é preciso

considerar um outro sentido atribuído a concepção de Multiculturalismo que pode justificar a sua ausência neste livro de Sociologia.

Na interpretação de Lisette Weissmann (2018), a teoria que visa abarcar a diversidade cultural, colocando-as no mesmo patamar, encobre a despreocupação com aspectos relacionados a descolonização, criando um pseudo universalismo que, ao final, privilegia uma determinada cultura localizada no centro do capitalismo globalizado. Isso significa que, em tese, a noção de multiculturalidade é apenas uma recapitulação da universalidade eurocêntrica que autoriza a existência de outras culturas, mas sem perder sua posição hegemônica. Por se tratar de um livro didático atual e bastante conectado às novas interpretações oferecidas pelas ciências humanas, é possível encarar esta argumentação como resposta plausível para a ausência deste termo elencado para esta observação.

No que concerne ao emprego da palavra *resistência*, a presente obra, aqui, examinada a situa em três circunstâncias centrais para esta análise: a primeira dedicada a elucidar o cenário de luta política em prol da democracia, da resistência à ditadura, o que não exclui o papel dos negros, obviamente; a segunda, trata do ato de resistir fisicamente e culturalmente aos impetus do colonizador, do opressor, do sistema segregador (a exemplo do *apartheid*); a terceira meio que completa a anterior, por se tratar da luta por reconhecimento, por resistência do movimento negro em favor de uma agenda educacional em que suas narrativas de lutas possam seguir sendo mostradas nestes espaços formativos.

Pluralidade é um termo que surge no livro didático, *Sociologia Hoje*, em uma situação em que se aborda a modernidade e seus efeitos, passando, brevemente, pelas proposições ligadas à identidade. Para além disso, o tema não é trabalhado levando em consideração a matéria étnico-racial.

Sobre o tema *dominação*, este certamente é um dos tópicos mais discutidos nas três áreas das Ciências Sociais, sendo igualmente debatido neste exemplar do livro didático. A primeira mobilização deste conceito ocorre na unidade de Antropologia, em que dominação aparece como caminho viável para conduzir os povos colonizados ao estágio de países civilizados, tal qual eram as nações colonizadoras. Para isso, criaram, como justificativa, a teoria de evolucionismo social, endossada por muitos antropólogos, mas refutada posteriormente por novas escolas antropológicas.

O ponto é que todo esse mecanismo de dominação contribuiu para engendrar as ideias de raça e racismo. A sociologia também aborda esse tópico ao expor os efeitos da

dominação colonial brasileira nos dias atuais em que desigualdades condicionadas pela cor da pele tendem a se perpetuar em pleno século XXI.

O termo *desigualdades*, inicialmente, é dedicado a explicar a exploração do trabalhador que não tem as mesmas posições de poder frente às negociações, neste sentido que os organizadores apresentam as desigualdades de poder econômico. Há espaço para se problematizar as desigualdades de gênero, em especial no que se refere à mulher negra. Desigualdades sociais é tema bastante discutido ao longo da obra.

Na unidade de Sociologia temos autores clássicos que nos auxiliam na compreensão dos efeitos do capitalismo, que embora gere saltos qualitativos, por outro lado produz desigualdades, a exemplo do que é debatido nas escolas marxistas. O termo desigualdades é direcionado a questão étnica, uma vez que parte expressiva da população que mais sofre com isso é a negra, que vivencia os efeitos da escravidão. Vale mencionar que o termo destacado também foi mobilizado para elucidar parte dos escritos de Pierre Bourdieu (1930-2002) no tocante a ideia de capital cultural, ao delinear ângulos das desigualdades vistas em ambientes escolares, que nos auxiliam na interpretação dos casos de fracasso ou de sucesso escolar, por exemplo.

Já na parte Política do livro, desigualdades entre países servem como um pano de fundo para explicar os efeitos da globalização. O panorama político nos permite visualizar, no livro didático, as desigualdades salariais entre homens e mulheres, uma importante pauta de reivindicações do movimento feminista que é debatida neste exemplar. Embora seja um termo recorrente, no geral, ele aparece por diversas vezes, no livro, para esmiuçar as questões socioeconômicas, mas sempre de maneira muito atual e dinâmica.

No livro *Sociologia Hoje (2016)*, o *Movimento Negro* foi apresentado, inicialmente, como um dos responsáveis por desmitificar o mito da democracia racial. Isso aconteceu através de um trabalho conduzido pela Unesco, que buscava entender como isso poderia ser possível em um país em que a escravidão se fez tão presente. Posterior a isso, nota-se o quanto este movimento é ativo e integrado a outros movimentos sociais, convergindo suas pautas e reivindicações. Trata-se de uma luta organizada em prol de reconhecimento, pelo fim dos estigmas e por igualdade de oportunidades.

A partir de toda essa contextualização temática em que estiveram inseridas as unidades de registro elencadas para este exame analítico, nota-se algumas tendências discursivas de grande relevância para se pensar os rumos programáticos de pautas que visam a inclusão de narrativas de diferentes grupos sociais. O material analisado apontou clivagens pertinentes que devem ser interpretadas à luz de certos clássicos da educação,

que souberam desmistificar partes da estrutura de dominação que segue operando sob a égide da neutralidade epistemológica; ou melhor, diante da hegemonia neoliberal que se vende, forçosamente, como um projeto de educação universal e apolítico (BITTENCOURT, 2017).

Análise a partir das unidades de registro

Em face de todas as expressões elencadas para guiar este exame, procurou-se identificar aquelas que foram mobilizadas através de uma perspectiva dialógica (FREIRE, 1987), operacionalizadas em pelo menos duas disciplinas das Ciências Sociais do livro analisado, tendo potencialidades para suscitar uma alargada discussão a respeito das concepções antirraciais. Assim, buscou-se delinear, como já mencionado, certas inclinações propositivas no livro didático, levando em conta os termos destacados para este exame no intuito de responder os seguintes questionamentos: 1) como foi abordado o tema do racismo no livro didático de sociologia aprovado no período de 2018? 2) E se abordado, a maneira como foi tratado oportunizou a promoção dos princípios básicos desta disciplina? 3) O tema ocupou espaço relevante na obra selecionada para este exame?

Diante disso, ressalta-se que dentre as unidades de registro que estiveram presentes em mais de uma área do conhecimento e relacionadas à temática étnico-racial do negro, especificamente, estão: *direitos sociais, discriminação, dominação, educação, escravidão, identidade, oportunidade, racismo e violência policial*. Por outro lado, temos o emprego unilateral de certas expressões, abordadas em uma única disciplina, com suas potencialidades interdisciplinares inutilizadas, a exemplo de: *antirracismo, consciência, etnia, descolonização, desigualdades, movimento negro, multiculturalismo, pluralidade e resistência*. A falta de aproveitamento de alguns desses termos elencados acima evidenciou um dos pontos a serem aprimorados no livro didático, pois como bem salientou Paulo Freire (1987) a educação deve ser pautada na dialogicidade, oportunizando a construção de sentidos desses termos, que devem ser tratados de maneira contextualizada, estabelecendo formas autênticas de pensar e atuar, de pronunciar o mundo, pois o uso das palavras atribuem sentidos à práxis e à reflexão com vistas em sua transformação. Isso porque a educação que se quer emancipadora é, antes de tudo, um esforço crítico voltado para a tomada de consciência dos homens como seres históricos.

Portanto, não é no silêncio que os homens se fazem, mas nas palavras (FREIRE, 1987, p. 50). Considerando que diante dos últimos episódios de racismo e extermínio da juventude negra assistidos ao longo dos últimos anos, pensar que expressões como antirracismo, descolonização, resistência, movimento negro e etnia não são tratados de maneira interdisciplinar, demonstra que ainda há pontos a serem aperfeiçoados nas edições futuras da obra examinada. Contudo, a baixa mobilização interdisciplinar dessas expressões conceituais não significa dizer que os organizadores elaboraram um material impróprio, contrário às inclinações antirracistas; evidentemente que não se trata disso. Até porque, um dos principais intentos foi demonstrar as potencialidades da obra Sociologia Hoje (2016), ponderando seus pontos relevantes e outros a serem aperfeiçoados. Isso porque há tendências temáticas pertinentes na obra analisada, o que justifica a ausência e a presença de muitas dessas expressões elencadas, aqui, como unidades de registro.

Sendo assim, o que se quer deste trabalho não é elaborar sínteses valorativas, mas sim demonstrar tendências discursivas que foram levantadas com grande potencial, ou destacar outras a serem melhoradas, recontextualizadas, revistas ou até reposicionadas. A obra examinada, de fato, não propicia clareza quanto a alguns termos expressivos à pedagogia emancipadora, interpretada neste caso como pedagogia antirracista, mas aborda de maneira assertiva outros tantos.

Contudo, é preciso ponderar que muitos desses termos ainda são vistos como novidade entre os acadêmicos, certamente que o uso segmentado dessas expressões se justifica por necessitar de maior esforço de transposição didática (CHEVALLARD, 2005), o que pode nos oferecer uma explicação plausível para este caso em especial.

Por outro lado, como já sinalizado, há termos que foram revistos pela literatura, reconceituados e devidamente retirados de cena, a exemplo de multiculturalismo, que não chega a ser empregado na presente obra didática; visto que esse último conceito já teve sua natureza devidamente desvelada por doutos que elucidaram que isso não passa de uma ferramenta de domesticação da cultura alheia (ALMEIDA, 2018). Em razão desta situação é que esta análise não se alicerça tão somente no uso desses termos elencados, mas na sua inserção contextualizada e embasada na revisão desses conceitos.

A respeito desses termos com potenciais para consubstanciar uma pedagogia verdadeiramente libertadora (FREIRE, 1987; HOOKS, 2013), nota-se pontos de relevo no material didático verificado. De início, temos a articulação de conceitos como *discriminação e racismo*, abordados de maneira dialógica e discutidos por diferentes enfoques disciplinares, sendo indissociáveis à estrutura de dominação (ALMEIDA, 2018).

Ao problematizar essas duas concepções, os organizadores demonstram que há uma relação de força entre os atores sociais envolvidos nessas situações, algo que pode suscitar todo um debate acerca dos efeitos da colonialidade que estruturam as mentalidades humanas (SILVA, 2020). Por sua vez, a questão do racismo, quando discutida a luz da literatura, de forma crítica, contribui sobremaneira para a formação de nossa sociabilidade (DIAS, 2021). Assim, encarar essas discussões de maneira dialógica é romper com as antigas estruturas educacionais que tendem a reproduzir as desigualdades, promovendo uma ampla reflexão histórica e sociológica de problemas subjacentes à formação social brasileira. Apresentar essas situações de opressão é dar voz a todos aqueles que, por décadas, tiveram suas narrativas invisibilizadas nos primeiros manuais didáticos, que em grande parte não levantaram esses debates. Por mais que alguns termos não tenham sido devidamente esmiuçados, é fato que os organizadores souberam acentuar diferentes pontos de vista acerca dos termos selecionados.

O dinamismo do livro didático está em articular *direitos sociais, educação e oportunidade*, desmistificando parte da ideia de *democracia racial*, defendida por Gilberto Freyre (2005), que vigorou por anos em nosso imaginário coletivo. Essa articulação ativa e interdisciplinar contribui bastante para esclarecer o quanto somos reféns do passado escravocrata, que condiciona uma infinidade de disparidades de ordem socioeconômica em nosso país (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

Entretanto, focar nos desafios educacionais como resposta a essas desigualdades, proporcionando cenários de maiores oportunidades foi, certamente, um dos pontos de maior assertividade da obra, pois a abordagem fluída e com teor mais contemporâneo permite ao educando ter mais consciência de sua condição histórica, de se auto encarar como ser para si (FREIRE, 1987).

Assim, com justeza, o livro didático traz à tona toda a conjuntura histórica e política desta relação de educação, direitos sociais e oportunidades, discorrendo sobre o processo de emancipação dos negros que não foi acompanhado de nenhum dispositivo capaz de promover a sua integração junto à sociedade, tendo, inclusive, o seu direito à educação vedado pelo Estado brasileiro. Sabemos que o direito à educação produz uma série de oportunidades de mobilidade social, e que visando reparar os erros do passado, foram criadas políticas de ações afirmativas no sentido de inserir os negros nesses espaços de produção científica e cultural. Claramente que este debate esteve presente no livro, no sentido de reconhecer que muitas dessas disparidades não estão alicerçadas em

fatores biológicos, mas na ausência de oportunidades decorrentes da negligência do poder estatal.

O sobressalto do material analisado está na maneira como foram abordadas as questões relacionadas à *escravidão, identidades e violência policial*. Obviamente que essas temáticas não surgem de maneira linear no livro, mas ainda assim permitem aos educadores e educandos tratá-las de maneira dialógica, problematizando-as em todas as áreas do conhecimento, seja na Antropologia, Sociologia ou na Ciência Política. De modo geral, a leitura desses temas, por meio dessa dialogicidade, propicia amplo debate sobre identidades negras forjadas a partir de uma situação de opressão que ainda tende a se perpetuar nos dias de hoje.

A partir da interação das obras de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) e de Bell Hooks (2013), vemos o quanto o olhar do dominador foi capaz de impor aos colonizados uma marca, uma insígnia, uma identidade, que em verdade não era a real identificação daqueles povos trazidos forçosamente para o novo mundo. A eles, escravizados, foi-lhes negada a identidade, a exemplo da língua dos senhores imposta a essa massa de cativos. Sabemos bem que a linguagem contribui para a constituição de identidades, e que no passado os escravizados foram obrigados a perder a própria língua, forçados a aprenderem o idioma do opressor (HOOKS, 2013). Assim sendo, é preciso apresentar a escravidão como um mecanismo que solapou partes importantes de nossa ancestralidade, de nossas identidades, mas também afirmar que, apesar desse reducionismo, o negro não pode ser visto, como bem frisou Gonzalez e Hasenbalg (1982), como um bloco monolítico, mas sim a partir de sua diversidade cultural, erigida através de atos de resistência. De certa maneira esse panorama se evidencia nas charges, figuras e nos boxes interativos da obra, proporcionando espaços para se promover a desnaturalização e o estranhamento dessas questões, propiciando debates acerca da escravidão, dos movimentos de luta pela liberdade e até da produção de novas identidades oriundas da mãe África.

Outro ponto importante do livro repousa na temática que costumeiramente assistimos nos telejornais: *violência policial*. Neste caso, o alvo dessa ação é, na maioria das vezes, a pessoa pobre, negra e periférica. Pessoa que carrega na pele a marca de uma identidade objetificada, desumanizada, digna de ser alvejada apenas por ser quem é. O material didático questiona essa realidade social, que não deixa de ser uma herança do passado colonial. Deste modo, abordar o tema da violência policial é, por conseguinte, discutir os efeitos da escravidão, é tratar da discriminação, é entender que o tratamento

violento direcionado, muitas das vezes, às pessoas não-brancas resulta desse processo de classificação racial (ALMEIDA, 2018). Assim, educandos e educadores, juntos, podem refletir acerca dessa instituição que tende a materializar partes da estrutura social (ALMEIDA, 2018).

Os elementos gráficos somados aos textos apresentados no livro didático contribuem para delinear aspectos inerentes a essa prática de opressão sistemática que condiciona, através do terror, a subjetividade do negro (GONZALEZ; HASENBALG, 1982). Há de se discutir o processo de segregação espacial reforçado por essa política de opressão racial que determina que o lugar natural do negro seja sempre as favelas (GONZALEZ; HASENBALG, 1982). Favelas vistas como um lugar em que a raça define vida e morte; ou melhor dizendo, viver para a morte, num constante estado de medo; condicionado pelos ditames da necropolítica (ALMEIDA, 2018).

Destarte, entender os mecanismos que contribuem para a violência policial é um dos possíveis atributos desse modelo de educação antirracista. Assim, visando aprofundar as possibilidades que estão em nosso horizonte, entender essa questão social é, acima de tudo, olhar para algumas dessas situações que são explicadas como processos de militarização e controle da vida (FRANCO, 2014, p. 92). Conjecturas que, segundo Franco (2014), demonstram a alta capacidade do Estado de gerenciar atos violentos em zonas periféricas, sempre com a pretensão de se combater o crime. Todavia, o que Marielle Franco (2014) questiona é que a ação policial nunca é a mesma em localidades nobres da cidade. Neste caso, lugar de branco, lugar em que as ações não podem resultar, jamais, em mortes.

Diante destas últimas ponderações e da averiguação minuciosa do exemplar analisado, observa-se que o tratamento das questões relacionadas à violência policial existentes no livro didático estão evidenciadas em textos e imagens, demonstrando a materialização das ações institucionais que compõem as estruturas de nossa coletividade. Por este motivo que ao abordar esse tema os autores oferecem, aos educandos e educadores, um quadro analítico em que fica visível o efeito mais letal do racismo inerente ao sistema capitalista forjado e desenvolvido ao longo de todo o período colonial. Portanto, trazer essa discussão para dentro das escolas, através dos livros didáticos, é iniciar debates promissores capazes de pavimentar os caminhos necessários para a implementação de uma pedagogia centrada no antirracismo. Pedagogia que esteve presente no livro didático *Sociologia Hoje* (2016). Obra que, embora tenha tratado de maneira insuficiente certos tópicos deste tema, trouxe outros igualmente relevantes para o

desfecho final: o de promover a Cultura Africana e Afro-brasileira em diferentes clivagens. Desta forma, é válido afirmar os questionamentos feitos no início desta monografia foram respondidos de maneira a propiciar amplo debate, ocupando espaços em todas as áreas das Ciências Sociais, ora com maior profusão de sentidos, ora de maneira mais sintética, mas sem perder o rigor metodológico e a mediação didática necessária para o tratamento deste projeto pedagógico fundamentado na ideia da descolonização.

Considerações Finais

Ao longo desta exegese um dos objetivos foi analisar a abordagem étnico-racial orientada para uma perspectiva antirracista presente no livro didático *Sociologia Hoje* (2016). Mas, para se difundir tudo isso nos ambientes escolares é preciso ter em mente que os avanços, por vezes, são lidos como transgressores e revolucionários (HOOKS, 2013), logo, para libertar o mundo das amarras do passado é necessário entender que essa pedagogia não é politicamente neutra (HOOKS, 2013).

Destarte, enxergar na educação os caminhos necessários a serem trilhados para se posicionar diante das estruturas é reconhecer, assim como fez Paulo Freire (1992), que o ato de educar é, sim, um ato político. Práxis política vista na obra que mobilizou toda uma série de imagens positivas do negro como um importante ator social, que juntos dos demais grupos étnicos ajudou a formar o Estado Brasileiro. Foi justamente nesse sentido que se fundamentou a busca por elementos históricos capazes de fundamentar toda uma nova visão acerca do papel desempenhado pelos negros ao longo de toda a nossa formação social. Visão imprescindível para se engendrar uma pedagogia eminentemente antirracista.

Assim sendo, o escopo desta pesquisa serve para apontar a relevância das construções de narrativas dos povos marginalizados, vulnerabilizados e por vezes invisibilizados. Narrativas que podem ser bem articuladas e difundidas no período formativo, oportunizando mudanças na forma de ver o outro, pensando estas diferenças de maneira atrativa e positiva, sem que se faça necessário elencar distinções hierárquicas entre brancos e não-brancos (FANON, 2008). A partir desse exemplo fanoniano de ruptura das estruturas sociais e psíquicas que ajudam a eleger um conjunto de alteridades nocivas a práxis verdadeiramente humanistas, no sentido de viabilizar o protagonismo de todos, independente da cor de sua pele, é exequível recorrer a um novo conceito de universalidade que não esteja ancorado nas velhas estruturas do período colonial.

Desta forma, pensar um modelo de educação pautado em uma pedagogia antirracista é julgar premente o processo de descolonização do pensamento humano: constringendo o status quo, suscitando a sua desnaturalização; indagando-se a respeito de como são inculcados valores sutilmente racistas em nossas crianças a partir de elementos imagéticos, ou mesmo da reprodução de narrativas através da indústria cultural de massas; reconsiderar aspectos de nossa língua na formulação de sentidos negativos atribuídos a tudo o que costuma ter relação com o negro em nossa sociedade e; acima de tudo, encarar a alteridade como complemento (GONZALEZ & HASENBALG, 1982; FANON, 2008; HOOKS, 2013).

A partir desses elementos apresentados, pensar um modelo de educação em que o antirracismo se faça presente, é consubstancializar transformações de ordem estrutural, encarando a supremacia branca não como mero conceito, mas como uma realidade que imperar em nossa sociedade. Realidade ilustrada no meio cultural, jurídico, político e econômico, onde a proeminência é atribuída aos brancos; algo exemplificado da seguinte forma: o privilégio faz alguém ser branco; as desvantagens sociais e históricas, não somente a cor da pele, fazem de outros, negros (ALMEIDA, 2018).

Todavia, não basta colocar nas diretrizes da educação a possibilidade de se implementar um programa que busque inserir novas epistemologias apenas para efeitos retóricos. Não basta abordar narrativas negras no livro didático apenas para afirmar que seguiram a legislação. É preciso que aqueles que estão verdadeiramente comprometidos com as mudanças entendam que o antirracismo só terá êxito com a implosão dessas estruturas que alicerçam este sistema de opressão e dominação, que propicia este estado de coisas, desumanizante dos homens (FREIRE, 1987).

Somente assim, após rompermos com esse modelo social erigido sob um regime de escravização é que podemos, de fato, contemplar um projeto educacional capaz de engendrar um modelo de universalidade pautado naquilo que foi defendido por Fanon (2008), ao encarar o critério de homem universal fora do escopo eurocêntrico, em que o modelo é, exclusivamente, e tão somente, branco.

Romper com esse estado de coisas é, acima de tudo, encarmos esse escopo educacional antirracista como uma oportunidade única para solaparmos, enfim, a cultura do silêncio que contribui para a perpetuação desta estrutura de opressão (FREIRE, 1987). Silêncio que impera nas comunidades negras, onde a opressão se materializa em mortes, em genocídio, em apagamento de corpos vistos como meros objetos destoantes do projeto neoliberal. Portanto, a defesa de uma pedagogia antirracista é, em última

instância, a defesa da preservação de vidas negras submetidas a um constante estado de terror, de medo e de submissão.

Desta forma, compreender a natureza central dessa pedagogia é primordial para a sua implementação. Sua natureza é política, é jurídica, é estrutural, pois o que se quer disso tudo é assegurar a preservação de vidas negras, vidas que precisam ser vistas a partir de suas potencialidades, não apenas a partir de uma lógica desumanizadora. Por isso que se trata de projeto libertador, no sentido freireano, pois considera a realidade como cenário concreto para o pleno exercício da práxis revolucionária, possibilitando, assim, a descolonização do pensamento humano.

Referências

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento. 2018.

ARAÚJO, Aldevane de Almeida. Educação decolonial e antirracista: a importância do pensamento fanoniano. **Discente História**, Cachoeira, v. 7, n. 14, p. 241-255. 2020.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Renato Nunes. A impossível neutralidade discursiva na práxis educacional e a improbidade ideológica da escola sem partido. **Espaço acadêmico**, Maringá, n. 191, p. 117-133, abril, 2017.

BODART, Cristiano das Neves. Um retrato das pesquisas sobre livros didáticos de sociologia no Brasil. **Cadernos de campo**, Araraquara, n. 31, p. 293-326, jul/dez, 2021.

BOVO, Marcos Clair. Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação pedagógica. **Urutágua**, Maringá, n. 8, p. 01-12, ago/set/out/nov, 2004.

BRASIL. Diretrizes e bases da educação nacional nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF. 2003.

BRASIL. Lei 11. 684 de 02 de julho de 2008. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Edital de convocação 04/2015 – CGPLI. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático PNLD 2018. Brasília, 2015.

CHEVALLARD, Yves. La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado, Tradução: Claudia Gilman. 3. ed. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2005.

DIAS, Thiago da Conceição. Educação das relações étnico-raciais: reflexões acerca da construção discursiva e imagética da cultura africana e afro-brasileira no livro didático de

- Sociologia. 2021. 72 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Licenciatura de sociologia) - Universidade Federal do Maranhão/UFMA, Bacabal, 2021.
- ENGERROFF, Ana M. Baron; OLIVEIRA, Amurabi. Os sentidos da sociologia escolar nos livros didáticos no Brasil. **Repocs**, São Luís, v. 15, n. 30, p. 215-240, jul/dez, 2018.
- FABRIS, Júlio. Aristóteles e a gravitação. **Cadernos de astronomia**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 6-16, jul., 2020.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Bahia: Editora Edufba, 2008.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- FAUSTINO, Deivison. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **Ser social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan/jun, 2018.
- FAUSTINO, Deivison. A “interdição do reconhecimento” em Frantz Fanon: a negação colonial, a dialética hegeliana e a apropriação calibanizada dos cânones ocidentais. **Filos**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 455-481, mai/ago, 2021.
- FERREIRA, Felipe B. Ensino de sociologia, escola e juventudes: propostas de material didático. 2020. 101 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará/UFC, Fortaleza, 2020.
- FRANCO, Marielle. UPP - a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal Fluminense/UFF, Niterói, 2014.
- FREYRE, Gilberto. Caza-Grande & Senzala, 50ª edição. Global editora. 2005.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. Pedagogia do oprimido. 17º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- _____. Pedagogia da esperança. 9º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar do negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HEGEL, Georg W. F. Fenomenologia do Espírito. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2013.
- KLUTH, Verilda Speridião; ALMOULOU, Saddo Ag. Transposição didática em Chevallard: conceitos e teorização primordiais para a teoria antropológica do didático. **Revemat**, Florianópolis, v. 15, n. 01, p. 01-22, 2020.
- MAÇAIRA, Julia P. O ensino de ciências sociais no Brasil (1920-2019): um século, três gerações de livros da sociologia. In: Encontro Anual da ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2020, p. 01-20.
- MACHADO, Igor J. R.; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso R. Sociologia hoje: ensino médio, volume único. 2. ed. São Paulo: Ática, 2016.

MEUCCI, Simone. A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. 2000. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade estadual de Campinas/Unicamp, Campinas, 2000.

_____. Os livros didáticos na perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 20, p. 01-18, 2020.

MERISSI, Lais Celis. Implementação do Plano Nacional do Livro Didático: docentes de Sociologia e os usos do Livro didático no nordeste brasileiro. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 56-70, dez. 2019.

MERISSI, Lais Celis. Referência e ferramenta: usos do livro didático pelo professor de sociologia. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba, 2020.

MOCELIN, Daniel Gustavo. O livro didático pelos professores: uso e aplicação nas aulas de sociologia em Porto Alegre. **Cabecs**, Maceió, v. 5, n.1, p. 88-114, jan/jun. 2021.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. **Temas em educação**, João Pessoa, v. 28, n. 02, p. 42-58, mai/ago. 2019.

SILVA, Ueliton A. dos Santos. Educação decolonial: formação crítica em movimento. In: Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 7, 2020, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Editora Realize, 2020, p. 01-11.

SILVA, Afrânio de Oliveira; et al. Sociologia em Movimento: ensino médio, volume único. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SOUSA, José R.; SANTOS, Simone C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e debate**, Juiz de Fora, v. 10, n. 02, p. 1396-1416, dez, 2020.

SOUZA, Jacqueline M. Contribuições do PNLD ao ensino de sociologia: análises dos guias didáticos. 2020. 108 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Universidade Estadual Paulista/Unesp, Marília, 2020.

SOUZA, Josiane N. Peçanha. Por uma educação transgressora: antirracista e decolonial. **Kwanissa**, São Luís, n. 3, p. 115-131, jan/jun, 2019.

VAZ, Henrique C. de Lima. Senhor e Escravo: Uma parábola da filosofia ocidental. **Revista Síntese**, Belo Horizonte, v. 08, n. 21, p. 07-29, 1981.

WEISSMANN, Lisette. Multiculturalidade, transculturalidade e interculturalidade. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018.